

ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 07-6-2017.

---

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/17 (Processo nº 0322/17), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 129/17 (Processo nº 1116/17), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 146/17 (Processo nº 1294/17), de autoria de João Bosco Vaz; o Projeto de Lei do Legislativo nº 122/17 (Processo nº 1076/17), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 007/14 (Processo nº 0804/14), de autoria de Marcelo Sgarbossa; o Projeto de Lei do Legislativo nº 020/17 (Processo nº 1209/17), de autoria de Márcio Bins Ely; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 096/17 (Processo nº 0928/17), de autoria de Paulo Brum. Também, foi apregoado o Ofício nº 878/17, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 007/17 (Processo nº 1635/17). Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 005/17, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 014, 017 e 018/17, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/16, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 262, 264 e 284/16, 045, 097, 106, 112, 115, 118, 121, 132, 134, 136, 098/17, este discutido por Adeli Sell, 144/17, discutido por Sofia Cavedon e Felipe Camozzato, e 159/17, discutido por Idenir Cecchim, e o Projeto de Resolução nº 026/17, discutido por Sofia Cavedon, André Carús, Idenir Cecchim e Adeli Sell; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 024, 154, 053/17, este discutido por Adeli Sell, 110 e 131/17, estes dois discutidos por Idenir Cecchim, e o Projeto de Resolução nº 012/17. Na oportunidade, foi apregoado Requerimento de autoria de Ricardo Gomes, solicitando licença para desempenhar o cargo público de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico a partir do dia sete de junho do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança o suplente Matheus Ayres, informando-o que integraria a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, deferido pelo Presidente, solicitando o

desarquivamento do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 003/13 (Processo nº 1822/13). Ainda, foi apregoado o Ofício nº 879/17, do Prefeito, comunicando seu afastamento do cargo por cinco dias, em face do falecimento de sua mãe. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mauro Pinheiro, Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon e Adeli Sell. Às quinze horas e dezessete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Tarciso Flecha Negra, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, após ser encaminhado à votação por Tarciso Flecha Negra. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 088/16 (Processo nº 0985/16), por vinte e oito votos SIM e dois votos NÃO, considerando-se rejeitado o Veto Total oposto, após ser discutido por Cláudio Janta, Cassiá Carpes e Reginaldo Pujol e encaminhado à votação por Sofia Cavedon, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e votado Não Airto Ferronato e João Carlos Nedel. A seguir, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 141/14 (Processo nº 1492/14), e foi aprovado Requerimento de autoria de Idenir Cecchim, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Também, foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Mauro Zacher, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 141/14, e foi aprovado Requerimento de autoria de Mauro Zacher, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Em Votação, foi rejeitado o Requerimento nº 117/17 (Processo nº 1483/17), por quatorze votos SIM e quinze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Mauro Pinheiro, Professor Wambert, Idenir Cecchim, Felipe Camozzato, Roberto Robaina, Marcelo Sgarbossa e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Professor Wambert, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e votado Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert e Valter Nagelstein, tendo Cassio Trogildo, presidindo os trabalhos, proferido voto de desempate. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 124/17 (Processo nº 1610/17), por vinte e três votos SIM, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, André Carús, Dr. Thiago, Airto Ferronato, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna, Cláudio Janta e Dr. Goulart, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado

Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Às dezessete horas e treze minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por André Carús, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Valter Nagelstein e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 1508/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 005/17**, de autoria do Governo Municipal, que altera o inc. XXII do art. 94 e aos incs. I, II e III do § 6º e aos incs. I e II do § 7º do art. 121 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre.

**PROC. Nº 1142/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 132/17**, de autoria do Ver. Paulo Brum, que estabelece o pictograma que deverá ser utilizado em placas que sinalizam atendimento prioritário ou espaço reservado para pessoas idosas, em espaços públicos ou privados no Município de Porto Alegre.

**PROC. Nº 1147/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 134/17**, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que cria o Programa de Assistência à Pessoa Portadora de Doença Celíaca no Município de Porto Alegre.

**PROC. Nº 1175/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 136/17**, de autoria do Ver. Paulo Brum, que estabelece o pictograma que deverá ser utilizado em placas que sinalizam atendimento prioritário ou espaço reservado para pessoas com deficiência, em espaços públicos ou privados no Município de Porto Alegre.

**PROC. Nº 0932/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 098/17**, de autoria do Ver. Roberto Robaina, Ver<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e Ver. Prof. Alex Fraga, que proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas municipais incompletas, sem condições de atender aos fins a que se destinam ou impossibilitadas de entrar em funcionamento imediato.

**PROC. Nº 0564/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 045/17**, de autoria do Ver. Dr. Thiago e Ver. Dr. Goulart, que estabelece regras para a entrega de medicamentos pelas farmácias distritais do Município de Porto Alegre.

**PROC. Nº 1391/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/17**, de autoria do Ver. André Carús, que institui a Semana do Meio Ambiente na Câmara Municipal de Porto Alegre.

**PROC. Nº 1115/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 018/17**, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que altera o inc. V do *caput* do art. 166 da Lei Complementar nº 284, de 27 de outubro de 1992 – que institui o Código de Edificações de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, dispondo sobre o rebaixamento de meios-fios de passeios para acesso de veículos a edificações destinadas a postos de abastecimento ou serviço.

**PROC. Nº 2806/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 017/16**, que cria e declara como Área Especial de Interesse Social - I (AEIS I), na Macrozona (MZ) 02, as Subunidades 07, 08 e 09, na Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 50; na Macrozona (MZ) 03, as Subunidades 04 e 05, na UEU 06; 05, na UEU 10; 07 e 08, na UEU 16; 08, na UEU 20; 02, na UEU 22; 13, 14, 15, 16, 17 e 18, na UEU 86; 07 na UEU 88; na Macrozona (MZ) 08, as Subunidades 09 e 10, na UEU 20; cria e declara como Área Especial de Interesse Social – III (AEIS III), na Macrozona (MZ) 04, a Subunidade 12, na UEU 04; altera os limites, na Macrozona (MZ) 02, das Subunidades 01 e 02, da UEU 50; na Macrozona (MZ) 03, das Subunidades 01 e 02, da UEU 06; da Subunidade 01, da UEU 10; das Subunidades 01 e 02, da UEU 16; da Subunidade 01, da UEU 20; da SUB 01 da UEU 22; das Subunidades 01, 02, 03 e 10, da UEU 86; da Subunidade 02, da UEU 88; na Macrozona (MZ) 04, da Subunidade 01, da UEU 04, na Macrozona (MZ) 08, das Subunidades 01 e 05, da UEU 20; e define o regime urbanístico para as AEIS I e III criadas ou existentes.

**PROC. Nº 1070/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 014/17**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

**PROC. Nº 1075/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 017/17**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o inc. I do art. 7º e o art. 9º e inclui inc. IX no art. 8º e Seção IV – Das Áreas de Proteção ao Ciclismo de

Competição –, com arts. 18-A, 18-B e 18-C, no Capítulo I do Título II da Parte II, todos na Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009 – que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado e dá outras providências –, e alterações posteriores, incluindo áreas de proteção ao ciclismo de competição no rol de elementos integrantes do sistema cicloviário e dando outras providências.

**PROC. Nº 2585/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 262/16**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que institui o Programa Municipal de Assistência a Vítimas de Violência.

**PROC. Nº 2595/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 264/16**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera a ementa e o *caput* do art. 1º e inclui parágrafo único no art. 1º, ambos na Lei nº 11.925, de 29 de setembro de 2015, estendendo a proibição de os Poderes Executivo e Legislativo Municipais celebrar ou prorrogar contrato por 4 (quatro) anos, contados da data da doação, à pessoa física que tenha efetuado doação em dinheiro, ou bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, ou que seja proprietária, administradora, diretora, sócia, acionista ou representante de pessoa jurídica que tenha efetuado a doação, bem como à pessoa jurídica, ou ao consórcio de pessoas jurídicas, cujo proprietário, administrador, diretor, sócio, acionista ou representante tenha efetuado a doação.

**PROC. Nº 2785/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 284/16**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Semana do Rock no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que incluir o dia 13 de julho.

**PROC. Nº 0931/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 097/17**, de autoria do Ver. Roberto Robaina e outros, que institui a Política Municipal de Busca de Pessoas Desaparecidas.

**PROC. Nº 0989/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 106/17**, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que obriga o cercamento físico de espaços dotados de mobiliário destinado à recreação e ao lazer infantis –, de praças e parques do Município de Porto Alegre.

**PROC. Nº 1062/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 112/17**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 8.584, de 2 de agosto de 2000 – que determina percentual mínimo e máximo de mulheres e homens no provimento dos órgãos colegiados, cargos em comissão e funções gratificadas da Administração Direta e Indireta do Município de Porto Alegre –, alterando o percentual de provimento aplicado a cada sexo.

**PROC. Nº 1065/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 115/17**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que obriga a identificação visual do nome, do sobrenome, do tipo sanguíneo e do número de matrícula nos uniformes dos servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal.

**PROC. Nº 1068/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 118/17**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que obriga os responsáveis pela promoção ou pela realização de eventos de grande porte em locais públicos, concedidos ou não à iniciativa privada, a compensar a emissão de gases geradores de efeito estufa provenientes desses eventos por meio da comprovação do plantio de espécies nativas de árvores.

**PROC. Nº 1072/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 121/17**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que inclui § 6º no art. 1º e arts. 3º-A e 4º-A na Lei nº 10.337, de 28 de dezembro de 2007 – que determina o uso de redes de infraestrutura exclusivamente subterrâneas para a transmissão de energia elétrica, de telefonia, de comunicação de dados via fibra óptica, de televisão a cabo e de outros cabamentos nos locais que especifica e dá outras providências –, determinando o plantio de árvores nos locais dos quais forem removidos os postes que sustentam as atuais redes de infraestrutura e dispondo sobre os projetos de expansões viárias.

**PROC. Nº 1281/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 144/17**, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que autoriza o exercício da atividade profissional de transporte remunerado de passageiros por motocicleta – mototáxi – no Município de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01**

**PROC. Nº 1360/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 159/17**, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao arquiteto Ronaldo Guimarães Cintra Rezende.

## 2ª SESSÃO

**PROC. Nº 0377/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 024/17**, de autoria da Mesa Diretora, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao pastor Adealberto dos Santos Dutra.

**PROC. Nº 0663/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 053/17**, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que proíbe os estabelecimentos comerciais de vender tintas em embalagens do tipo *spray* sem a prévia exibição de documento oficial de identidade pelo comprador e dá outras providências.

**PROC. Nº 1030/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 110/17**, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Aristides Germani Filho.

**PROC. Nº 1137/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 131/17**, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que denomina Rua Rui Biriva o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Seis Mil e Cinquenta, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

**PROC. Nº 1367/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 154/17**, de autoria do Ver. Dr. Thiago e Ver. Márcio Bins Ely, que inclui as efemérides Maio sem Dor – Mês de Conscientização sobre a Fibromialgia e Semana de Conscientização sobre a Fibromialgia no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de maio e na semana que incluir o dia 12 de maio, respectivamente.

**PROC. Nº 0961/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/17**, de autoria da Mesa Diretora, que denomina Pedro Américo Leal a sala 311 da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizada no terceiro pavimento do Palácio Aloísio Filho.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Cassio Trogildo, já começo dizendo que sou contra ou espero ser convencida – não quer dizer que eu não possa ouvir – sobre um dos projetos cuja tramitação inicia aqui na Casa, que é um projeto que autoriza mototáxi na cidade de Porto Alegre. Este é um tema extremamente complexo, Ver. Zacher.

A Pauta está aberta para inscrições, e eu acho que este tema é um tema que refutamos aqui algumas vezes. É um debate, Ver. Nedel, que entrou algumas vezes e sobre o qual nós, Vereadores e Vereadoras, refletimos muito rapidamente, em alguns momentos até com alguma iniciativa – não vou lembrar de quem. Acho que temos problemas seriíssimos de acidentes de trânsito envolvendo motoqueiros, acidentes com morte, e que o trânsito da nossa Cidade é incompatível com a possibilidade de mototáxi, porque expõe os transeuntes, os usuários. Significa considerar que o deslocamento por moto é um deslocamento seguro na cidade de Porto Alegre, e não é; é dos mais vulneráveis que nós temos. Significa também refletir as novidades que estão aí, os sistemas colaborativos, o Uber, os dois sistemas que já estão em franca atuação, barateando muito a circulação na cidade de Porto Alegre, com a segurança de um automóvel. E significa também abrir mão de um sistema público de ônibus, um sistema controlado, em larga escala, que é isso que nós devíamos, na minha opinião, fomentar com bastante cuidado. Então, eu queria aqui que o Ver. Felipe Camozzato refletisse, que pudéssemos fazer um bom debate, mas é temerário e acho que não devemos enveredar por esse caminho do mototáxi.

De outro lado, Ver. André Carús, tem aqui a semana do meio ambiente na Câmara de Vereadores, e quero aproveitar para dizer que estamos em plena semana do meio ambiente, vivendo aí dez, doze dias de água e chuvas e percebendo que a nossa Cidade demanda muito investimento em infraestrutura. Não sei se é só investimento em

infraestrutura, ou se não é serviço realizado com qualidade. Com relação a esse tema do meio ambiente, ao tema do tratamento, da limpeza das bocas de lobo, há uma matéria do jornal, de duas páginas, demonstrado o escândalo do funcionamento das terceirizadas do DEP em Porto Alegre. É um escândalo porque tem tempo para sair, a mobilização de caminhões por uma situação, chega naquele lugar e não tem solução, voltam, às 11h30min estão no setor – é um gasto público enorme, sem eficácia. E eu duvido que nós estejamos evoluindo nesse sentido. Tive uma reunião com o Secretário Ramiro, dos serviços públicos, levando quatro comunidades, e ele demonstrou vontade de administrar esse trabalho que vai ser controlado eletronicamente; mas o que me preocupou é o relato que ele dá é que funções da SMAM foram divididas, funções da SMOV foram divididas, funções do DEP estão divididas. Eu não sei quando essa nova Prefeitura de Porto Alegre vai se achar, porque, se num órgão que tinha uma identidade, um corpo de trabalho não se conseguiu corrigir ainda o que vinha de problemas, quem dirá desmembrando as funções. Então, eu sei que a poda das árvores das ruas e a capina vão ficar com a SMAM; a outra parte dentro de praças vai ficar com o DMLU – no que o Governo passado já tinha evoluído, Ver. André Carús, para ficar num único órgão. Enfim, eu quero abrir este debate da semana do meio ambiente. A Cidade levou meses para ter o Secretário do Meio Ambiente, e agora, com as funções desse modo, partilhadas, fragmentadas, me preocupa sobremaneira que a Cidade acumule ainda mais. O impacto que nós estamos tendo na água demonstra que os serviços precisam funcionar muito bem, quando não se tem ainda uma infraestrutura ótima. E, na verdade, com a melhor infraestrutura do mundo, se o serviço de limpeza, de educação ambiental não funcionar, essa infraestrutura não vai funcionar. Então me preocupa esse desacúmulo nessa transição. É um desacúmulo que a Cidade está sentindo com força e me parece que o Governo está batendo cabeça e não encontrou caminho ainda. Vale um aprofundamento do tema nesta Casa.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que solicita licença para desempenhar cargo público a contar de 7 de junho de 2017. A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Matheus Ayres, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Seja bem-vindo, bom retorno!

O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje venho aqui fazer o registro, pois tenho, em 1ª Sessão de Pauta, uma proposição de minha autoria, Ver. Alex, que é um projeto propondo a criação da semana do meio ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre. Ao longo dos anos, o Poder Legislativo tem promovido uma série de ações alusivas a essa semana. No último dia 5, inclusive, na segunda-feira, data em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, tivemos uma ação de comum acordo, definida com a mesa Diretora e com a

Presidência, em que começamos com a participação da SMAM o replantio daquelas espécies de árvores que foram derrubadas em função do temporal ocorrido na Cidade em janeiro de 2016. E o pátio da Câmara foi severamente atingido por aquela tempestade, e começamos a replantar, agora, espécies nativas, orientados pelo órgão ambiental do Município, o que significa também, Ver. Cassiá, que temos que, com esse tipo de iniciativa, reforçar a reflexão coletiva e a formação de consciência sobre a importância da proteção ambiental na nossa Cidade, e em todos os níveis.

Ontem também debatemos, na reunião ordinária da COSMAM, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, o licenciamento urbano e ambiental do Município de Porto Alegre, e tivemos a presença do atual Secretário do Meio Ambiente e Sustentabilidade, Dr. Maurício Fernandes, que demonstrou toda boa vontade que tem, principalmente até frente aos projetos que já tramitam nesta Casa, da reforma administrativa que pretende consolidar a integração do licenciamento urbanístico e ambiental. Nós não podemos ser qualificados, daqui para fora, como uma cidade inimiga do empreendedor, muito pelo contrário, Porto Alegre deve ser amigável ao empreendedorismo, Ver. Mauro Pinheiro, sem prescindir da promoção do desenvolvimento sustentável, sem prescindir do compromisso também do setor privado e do setor público, que são os maiores, e os empreendedores verdadeiros do espaço urbano, que eles devem preservar os recursos naturais. Uma política ambiental não pode ser feita estabelecendo um confronto com aqueles que querem abrir negócios na cidade que geram empregos, geram rendas, geram oportunidades e são inclusivos. A sustentabilidade tem três prismas que devem ser respeitados: o ambiental, o econômico e o social, e é nesta perspectiva que a reflexão contemporânea se coloca no debate sobre a preservação do meio ambiente, e os poderes legislativos de um modo geral. Porto Alegre não foge a essa regra, e não deve fugir, deve se ocupar dessa discussão. Há poucos dias aprovamos aqui mais uma frente parlamentar que trata do tema da sustentabilidade. As ações da COSMAM têm reforçado cada vez mais a importância do tema, mas é preciso que a população se engaje ainda mais. A educação ambiental foi prioridade nos últimos anos do Poder Público Municipal, hoje tenho uma preocupação muito séria quanto a isso. Tivemos a coordenação da educação ambiental da Secretaria Municipal da Educação fechada, então não temos um processo contínuo e organizado de educação ambiental no âmbito das escolas Municipais, Ver. Cecchim. As futuras gerações são essas crianças, esses jovens, esses adolescentes e as suas famílias que vão garantir que nós tenhamos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme preconiza a Constituição Federal. Também não se teve mais notícias das ações de educação ambiental desenvolvidas pelos órgãos de saneamento do Município, como o DEP e o DMAE. Algumas ações esparsas têm sido desenvolvidas agora em função da semana do meio ambiente, mas é preciso que sejam retomadas ações contínuas, uma vez que é a educação ambiental que nos coloca num patamar de consciência de preservação da nossa Cidade. Nós já tivemos um avanço importante nos últimos anos, que foi a consolidação de mais uma unidade de conservação em Porto Alegre: o Refúgio de Vida Silvestre São Pedro. Fruto de muita discussão com a comunidade do Extremo-Sul, o refúgio do morro São Pedro se uniu ao Morro do Osso, ao Parque Saint'Hilaire e

também à Reserva Biológica do Lami como unidades de conservação da nossa Cidade. Muitos empreendedores privados também criaram as suas próprias reservas naturais, as RPPNs, previstas na legislação. Então, o binômio preservação ambiental e desenvolvimento sustentável deve, sim, ser a tônica da atuação do Poder Público Municipal, seja de parte do Poder Executivo, que é o licenciador, seja por parte também do Poder Legislativo, que deve estimular essas discussões e mediar a sociedade de um modo geral para que nós possamos construir uma cidade que tenha sustentabilidade com qualidade de vida. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Obrigado, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu vi este bom projeto que V. Exa. apresenta, Ver. Carús. O Ver. André Carús veio com muitas boas ideias, por isso é bom ter eleições e é bom que os Vereadores apresentem projetos interessantes. Esse é interessante mesmo, Ver. Carús: discute o meio ambiente nas escolas, discute na Cidade. Todos nós somos a favor, mas acho que é bom ensinar e dar experiências boas para que realmente estejam presentes as boas práticas de manutenção, de preservação e de construção, muitas vezes, em áreas degradadas de um ambiente favorável e bem projetado.

Agora, eu vi também aqui – tomei o cuidado de anotar e de fazer contas –, numa sessão preliminar de Pauta, dando uma olhada por cima, que o Ver. Sgarbossa tem oito projetos – só ele tem oito, mais que toda a Câmara de Vereadores! Ver. Marcelo Sgarbossa, lá em Ibiraiaras, o pessoal vai ficar impressionado com o número de projetos que V. Exa. apresenta.

Eu quero aqui também destacar o projeto do Ver. Pujol, que concede o Título Honorífico de Cidadão de Porto Alegre ao arquiteto Ronaldo Rezende. O arquiteto Rezende é uma figura da Cidade, arquiteto importante, antigo, prestativo para a comunidade. O Ver. Pujol teve uma brilhante ideia quando fez esse projeto para conceder o título de cidadão de Porto Alegre ao arquiteto Ronaldo Rezende, meu amigo.

Eu tenho aqui também um projeto do Ver. Cassio Trogildo, nosso Presidente, que concede o Título Honorífico de Cidadão Emérito ao Aristides Germani Filho, que merece todas as homenagens da Cidade e do Estado do Rio Grande do Sul. Nós estamos falando de quem mais conhece protocolo no Estado, um professor dedicado, anos e anos. Ele não tem partido, ele é chefe de cerimonial – foi chefe de cerimonial do PT, do PMDB, do PSDB, do PP –, ele é um profissional; e nós temos que aplaudir quando temos funcionários públicos profissionais, que se dedicam, que praticam o seu conhecimento em benefício da sociedade, em benefício das instituições. O Aristides Germani Filho esteve aqui para qualificar a Câmara também, esteve na

Assembleia, no Palácio Piratini. É um grande profissional. Por isso, Presidente Cassio Trogildo, meus cumprimentos por essa lembrança importante. Certamente, no dia da entrega desse título, deveremos estar aqui para aplaudir de pé a homenagem que V. Exa. está propondo ao Aristides.

Outra homenagem importante, Ver. Mendes Ribeiro, é lembrar o Rui Biriva, e V. Exa. teve essa feliz ideia de colocar o nome dele em um logradouro. Ele não foi só um cantor e um compositor brilhante: Rui Biriva foi um cidadão participante, ele participava da vida política com uma forte desenvoltura. Infelizmente, morreu jovem. Cumprimento a V. Exa. por homenagear Rui Biriva, um grande rio-grandense que partiu cedo. Mas será sempre lembrado com o nome de uma rua. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. ADELI SELL:** Sr. Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, hoje temos 28 projetos de lei em 1ª Sessão de Pauta e mais seis em 2ª Sessão de Pauta. Ver. Mauro Pinheiro, quero primeiro me referir a um projeto seu que eu acho extremamente importante que proíbe estabelecimentos comerciais de vender tintas em embalagem do tipo *spray* sem a prévia exibição de documento oficial de identidade pelo comprador e dá outras providências. Temos que falar com o Ver. Pujol, que apresentou uma lei aprovada em que tem um conjunto de elementos sobre a questão da venda de segunda, terceira via de notas. Então temos que verificar a lei já existente, o que ela contradita ou não para que a gente possa evoluir. Falo isso, porque nós na CCJ nos damos conta de que, às vezes, o nosso sistema não capta, exatamente dependendo da ementa, se já existe a lei ou se existe um outro projeto. Então, para o bem de todos nós, aqui, porque é extremamente importante – V. Exa. sabe que tenho me debatido contra a questão das pichações na Cidade –, nós podemos fazer um movimento de ter a melhor legislação possível. Ademais, nós vamos discutir também o Código de Posturas de Porto Alegre.

Mas dentro de tantos projetos que existem, o Ver. Carús mencionou, há pouco, um projeto de sua autoria, a criação da semana do meio ambiente na Câmara Municipal. Ver. Carús, nós já fizemos várias atividades, festejando o Dia Mundial do Meio Ambiente, agora, a semana do meio ambiente. Mas eu espero, já falei para o Ver. Carús, que nós queremos, na semana que vem, para mostrar que não basta o dia, não basta a semana, temos que dar continuidade aqui na Casa, e V. Exa. é o Presidente da COSMAM, para fazer aquela coleta de óleo de fritura, combinar com o Presidente – eu já consegui duas bombonas e o Ver. Carús já tinha conversado conosco – para fazermos de comum acordo, para darmos continuidade e não termos só uma semana do meio ambiente, mas termos uma preocupação permanente aqui, pois eu sei que uma das pautas que o Presidente tem tratado também é a questão da sustentabilidade. Portanto, fazer aquilo que o Ver. Matheus tem tanto insistido, e eu tenho também referendado, que é a questão do diálogo e o trabalho coletivo dos Vereadores.

Eu não posso deixar, Ver. Robaina, Ver. Alex, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, de tratar de um projeto de lei que me deixou impressionado, que nós temos que chegar a um ponto em que a gente tem que pedir a proibição de inaugurar obras não terminadas. Achei interessante que nós tenhamos que debater isso aqui, porque eu achei que não era mais necessário termos que legislar sobre o princípio do comportamento ético, o princípio do comportamento da lei do acesso à informação, da transparência que é de 2011, e a lei anticorrupção, que é de 2013, que propõe a conduta, a compliance. Mas eu vejo que V. Exas. pegaram, como se diz na linguagem vulgar, na mosca; ou seja, tem que tomar uma atitude. Nós temos que dizer que não pode, apesar de que para mim, isso já era mais do que sabido – mas não cumprido. Então, eu quero acompanhar a reflexão que V. Exas. estão fazendo sobre esse tema e queria me colocar nesse debate. Eu já tenho falado varias vezes para a nossa ancada que é importante que a gente comece a debater alguns temas que, às vezes, parecem favas contadas; não são assim, infelizmente. Nós tivemos inauguração de obras inacabadas, que depois custaram o dobro, o triplo, porque houve deterioração. E não falo só da questão de Porto Alegre, a lei é de Porto Alegre porque nós somos Vereadores daqui desta bela província, e não deixa de ser uma província, porque, no resto do País, inclusive, isso é useiro e vezeiro. Portanto, ficou um conjunto muito grande de projetos que estão na 1ª Sessão de Pauta. Irão passar, todos eles, na Comissão de que pela primeira vez faço parte, que é a CCJ. Vamos, de fato, fazer um grande debate sobre a questão da legislação nesta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. FELIPE CAMOZZATO:** Boa tarde, colegas Vereadores. É interessante a discussão sobre o projeto do mototáxi. Antes de começar a falar, não fui procurado por nenhum sindicato de táxis, não falei com nenhum taxista; o que vi foi a intenção de que mototaxistas querem operar na Cidade e pediram para que a Prefeitura regulamentasse o serviço espelhando a legislação federal, que já existe, sobre o tema. Nesse âmbito, coloquei aqui na Câmara um projeto para que nós, enquanto Câmara, pudéssemos exercer o nosso papel e debatêssemos o assunto, já que podemos também falar sobre ele.

Eu entendo a preocupação da Ver.<sup>a</sup> Sofia pela questão da insegurança e a convido a também apresentar um projeto de lei, já que o problema é a insegurança de mototaxistas, proibindo a garupa das motos de táxis de passageiros civis e proibindo as motos em Porto Alegre. Porque, nesse problema de segurança, temos que proibir as garupas, temos que proibir as motos na nossa Cidade e assim, nós garantimos segurança. Acho que o caminho não é por aí.

A Constituição garante a livre iniciativa. Assim como já existe lei federal que prevê o serviço de mototáxi, há o Código de Trânsito que regula a prática. A gente não pode ignorar a demanda e o desejo das pessoas de serem transportadas por esse

modal que já existe e que está na informalidade. A questão é: se fizermos uma lei, estaremos apenas deixando legal o serviço. Ele vai continuar existindo se nós fecharmos os olhos para esse modal de transporte. No entanto, surpreende-me ver uma Vereadora do PT querendo impedir que os pobres, que são os maiores usuários do mototáxi, possam ter alternativas de transportes, que possam fugir do ônibus lotado ou da informalidade dos mototáxis que já os transportam, aí, sim, sem nenhuma segurança, porque não precisam obedecer à lei alguma e a código nenhum, afinal de contas, já são informais. O mototáxi funcionará com ou sem lei, e é preciso deixar isso claro, e o Sindicato quer operar com mais segurança jurídica. Por que não darmos essa liberdade? Todos temos de parar de ser sensores no papel de legisladores ou de escolhermos o que dá certo e o que não dá, como foi a política de campeões nacionais do próprio PT, que escolheu que setores e que empresas dariam certo e quais não dariam. O resultado nós vimos. A gente precisar dar liberdade, autorizar, permitir que as pessoas exerçam a sua liberdade de escolha e escolham como querem ser transportadas. Como disse o Presidente americano Ronald Reagan, “nós, o povo, devemos dizer ao governo o que ele pode fazer, e não o contrário”. Então, Srs. Vereadores, convido vocês a fazerem o mesmo: não dizer ao povo o que ele deve e não deve fazer, mas, sim, permitir que ele faça aquilo que ele tem o maior desejo, amparado pela lei. Isso é liberdade, o contrário se chama tirania. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, que solicita o desarquivamento do PELO nº 003/13.

Apregoo Ofício nº 879/17, do Sr. Prefeito de Porto Alegre (Lê.): “Sr. Presidente. Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho a V. Exa., nos termos da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que em virtude do falecimento de minha mãe, Maria Helena Bolsson Marchezan, comunicar meu afastamento por cinco dias. Registro, por oportuno, que na vacância assumirá o Sr. Vice-Prefeito, Gustavo Bohrer Paim. Atenciosas saudações. Nelson Marchezan Júnior. Prefeito de Porto Alegre”.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. MAURO PINHEIRO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público das galerias, público que nos assiste, primeiro, quero cumprimentar o Ver. André Carús pelo seu projeto de criar a semana do meio ambiente. Quero dizer que somos totalmente favoráveis. Não consegui discutir no período de Pauta pelo número de pessoas estar esgotado, mas quero cumprimentá-lo e dizer que somos parceiros não só na criação da semana, mas também nas políticas de sustentabilidade, o que vai muito além do meio ambiente. Como V. Exa. falou, entre os princípios da sustentabilidade, que consideramos sete, estão o meio ambiente, o cuidado social e o econômico. Acho que é bastante justo quando se fala na preocupação com o desenvolvimento econômico sustentável. Nós sabemos que também é importante esse desenvolvimento, para que tenhamos recursos para cuidar da outra parte da

sustentabilidade, que é a parte social. Não tem como ter cuidado com a parte social, se não tivermos recursos. É importante termos cuidado também com a parte econômica de uma forma sustentável, para podermos aplicar os demais princípios da sustentabilidade.

Ontem tive a oportunidade de conversar com o Secretário Ricardo, que tem uma preocupação bastante grande com a parte econômica da Cidade. Ele está desenvolvendo algumas medidas para facilitar a abertura de empresas. Não é admissível que, para se abrir uma empresa em Porto Alegre, tenha toda uma maratona de documentos e de dificuldades, impedindo, muitas vezes, as empresas de se estabelecer e trazer desenvolvimento para a Cidade. Nós temos que ter esse cuidado de buscar mecanismos que facilitem a vida dos nossos empreendedores. A gente sabe o quanto é difícil ser empreendedor, e o Município e o Estado, que estão ali para regular, ainda ficam criando empecilhos para esse estabelecimento na Cidade. Somos totalmente favoráveis, me coloquei à disposição do Secretário para que nós possamos debater juntos e buscar saídas para facilitar a vida dos nossos empreendedores. Uma das dificuldades que tem se visto em Porto Alegre, Ver. Cecchim, que foi Secretário da SMIC, é a questão dos alvarás. Nós temos alguns empreendimentos bastante antigos na Cidade com dificuldade de ter o habite-se, e, dessa forma, o empreendedor não consegue tirar o seu alvará, criando uma dificuldade para o Município.

Quero aproveitar este tempo de Liderança para fazer um apelo aos Srs. Vereadores e Vereadoras sobre as dificuldades que o Município de Porto Alegre tem enfrentado. Na semana passada, acabamos não votando aqui o projeto do Executivo para o reajuste dos funcionários. Acompanhando os noticiários, vemos que os Vereadores do bloco dos independentes estão num dilema: quando votam com o Executivo, acusam de serem vendidos para o Executivo; quando votam com a oposição, também são acusados porque não houve um acerto com o Prefeito. Ora, temos que tratar as questões com mais seriedade. Nós, os independentes, vamos votar com a nossa consciência e com aquilo que nós achamos que é melhor para a Cidade; não porque o Prefeito quer ou não. Estamos discutindo, sim, com o Prefeito, várias questões da Cidade, e em muitas delas votaremos a favor, e quando não concordarmos, não vamos votar com o Governo. É esta a posição dos independentes, não importa o que a imprensa fale – de termos ou não cargos. A nossa posição é pelo bem da Cidade, é o que os independentes estão procurando discutir, apesar de sermos de partidos bem diferentes – o DEM, a REDE –, mas temos procurado discutir projeto a projeto, e naqueles que são possíveis, apoiaremos em bloco, em outros não. Agora, a minha preocupação aqui no Município de Porto Alegre é com a polarização que tem no Governo Federal e em toda a política do Rio Grande do Sul...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. MAURO PINHEIRO:** ...Nós temos que ter cuidado para essa não polarização da política. Por exemplo, nós temos acompanhado o esforço que o Prefeito

tem feito em algumas matérias. Saiu uma matéria no jornal sobre a busca de economia na Prefeitura, com a diminuição dos custos das passagens aéreas, com material permanente, com locação de imóveis, de veículos – o que é importante –, mas não podemos somente nos preocupar com a austeridade. Nós, Vereadores, temos que discutir com o Executivo e com o Sindicato dos Municipários uma forma de buscar receitas, porque não basta somente cortar gastos. Temos que cortar os gastos possíveis e também melhorar a receita do Município, facilitando a entrada de novas empresas, o que pode ser uma solução para mais recursos para o nosso Município. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos e todas. Eu queria começar falando sobre um conceito que nós podemos ter desses seis meses do Governo Marchezan, que é o governo das terceirizações. Para além de um debate ideológico e uma concepção neoliberal privatista, é o governo das terceirizações das responsabilidades. Diante da grave crise econômica que assola o Brasil e, óbvio, tem repercussões nos Municípios, ao invés de responder fazendo a progressividade nos que têm mais, garantindo que os recursos públicos que foram para a corrupção retornem, fazendo um novo Refis, cobrando a dívida ativa, o Marchezan envia um projeto que penaliza os servidores municipais. A Câmara de Vereadores, de uma maneira corretíssima – e nós saudamos, em nome da oposição, a bancada dos independentes e Vereadores de outros partidos que nós sabemos que iam votar contra o projeto conosco –, teve uma posição de manter o direito à inflação – não é nem aumento salarial – para os servidores de carreira. O Prefeito vai às redes sociais atacar a Câmara de Vereadores de uma maneira absurda na minha opinião, e, na verdade, ele queria terceirizar, Ver. Tarciso, a responsabilidade para a qual ele foi eleito, que é negociar uma categoria que está em data-base. Portanto, o Governo não queria fazer aquilo que é obrigação de qualquer Prefeito eleito diante da justa reivindicação da categoria.

Hoje, a matéria das subprefeituras, que podem e devem cumprir um papel muito importante junto às comunidades, mas o Governo diz que só vão funcionar se houver parcerias privadas para fazer que funcione aquilo que deveria ser obrigação do Estado, e nós sabemos, quando tem um problema de limpeza de bueiro, um problema envolvendo a rede de assistência, quando tem problemas dentro das 17 regiões de Porto Alegre, como deveria funcionar essa estrutura para melhorar a vida do povo. Já não funciona, e agora o Governo está terceirizando mais uma vez a responsabilidade. Todos os aspectos culturais que nós vimos neste debate só funcionarão se tiver captação privada. Então o Governo não quer mais governar, terceiriza a responsabilidade daquilo que é obrigação do Estado. E eu vim a esta tribuna para falar de uma terceirização escandalosa, que ontem a Secretária Municipal do Desenvolvimento Social tentou imputar ao Conselho Municipal de Assistência Social e aos partidos de esquerda,

dizendo que a responsabilidade do colapso que temos hoje na assistência social é responsabilidade do Conselho que, teoricamente, não votaria as reprogramações financeiras no Município de Porto Alegre. É um escândalo! Primeiro, porque a culpa do colapso da assistência é do Governo; segundo, porque é um ataque a nós e à Presidente do Conselho, ao atacar o conjunto dos conselheiros do controle social, que exercem um papel fundamental no Município de Porto Alegre; terceiro, porque a fala é calcada em mentiras deslavadas. A primeira delas é a questão da reprogramação, que foi feita e votada há mais de 20 dias – isso para média e alta complexidade –, e até agora o Governo Marchezan não liberou os recursos liberados pelos conselheiros para que possam garantir assistência nos CRES, nos abrigos e no Centro Pop, que segue com dificuldade de atendimento à população; a segunda é porque nós temos no Conselho Municipal de Assistência Social várias Secretarias indicadas pelo Governo, e na segunda-feira, como bem apontou a Presidente Fátima, em nota do Conselho, não houve quórum porque as secretarias do Governo não foram – cinco secretarias do Governo não foram, faltando três para o quórum para aprovação da reprogramação financeira para baixa complexidade; a terceira, que é muito importante frisar, a Lei de Reordenamento da FASC já vigora; aprovamos nesta Câmara em 2013 – muitos Vereadores estavam aqui e lembram disso. Existe concurso aberto para assistente social, para educador social, para uma série de profissões que foram contempladas pela Lei de Reordenamento da FASC, em função da adequação ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS. E estão lá no centro do Governo para chamar esses profissionais que estão fazendo falta nos CRAS, que atendem aos usuários do Programa Bolsa Família, que atendem as famílias em vulnerabilidade social e não tem sequer cartão Tri, não tem mais cesta básica, não tem uma série de políticas que são fundamentais para a população de baixa renda da nossa capital. Então, quero lamentar profundamente, repudiar a fala da secretária. E dizer que é um absurdo o Governo não assumir as suas responsabilidades e não cumprir com aquilo que prometeu na campanha eleitoral. E ela não cumprir aquilo que prometeu na campanha eleitoral: melhorar a saúde, melhorar a assistência, melhorar a educação. Ao contrário, ao atacar essas áreas, tenta terceirizar as responsabilidades. É preciso, portanto, lutar para derrotar este projeto neoliberal, mas, sobretudo, para desmascarar aqueles e aquelas que, lamentavelmente, mentiram à população de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu acho que devo voltar ao tema, pela bancada do PT, do funcionalismo municipal, Ver. Adeli Sell, Ver. Aldacir Oliboni e Ver. Marcelo Sgarbossa. Porque, se na semana passada esta Câmara deu uma sinalização muito importante para a Prefeitura de Porto Alegre, nós também precisamos que a Prefeitura, neste momento, a partir dessa

sinalização, abra negociação, de fato, com os municipais. Os municipais estão, nesta quinta-feira, com a assembleia geral. Tiveram a reunião de negociação desmarcada, que era para o dia 6, ontem. Teve que haver muita briga, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, para remarcarem uma reunião de diálogo com o Simpa para quinta-feira que vem, pela manhã. Isso significa que nós, enquanto cidade de Porto Alegre, vamos chegar na assembleia dos municipais e das municipais, na noite de quinta-feira, provavelmente sem nenhuma proposta, sem nenhum avanço, nenhuma sinalização, pois, afinal de contas, a pauta de reivindicações dos municipais nesta Cidade é muito maior do que um mero reajuste recompondo a inflação. Ela é uma pauta mais extensa, é uma pauta que trata de condições de trabalho – claro que não é uma pauta exaustiva –, trata de vale-alimentação. Considerando inclusive os números mais favoráveis, no Orçamento, agora, indicam um superávit mensal no mês de maio, se vocês verificarem o *site* da Transparência vão ver que o Governo arrecadou mais do que gastou em abril e, agora, pelos dados que todo dia mudam, no mês de maio também. Então, não é possível que o Município não possa abrir um diálogo para evitar crise. Porque não há categoria que, em plena data-base, faça assembleias, faça mobilização sem nenhum retorno e não vá radicalizar a sua luta. Eu acho que esse tema, eu chamo a atenção, porque não adianta querer dizer aqui que já receberam para apresentar os números. Essa ideia de que os números dizem tudo... Os números apresentados pelo Governo! Eu participei da CEFOR na terça-feira passada, eu quero dizer aos Vereadores que lá estavam, questionei a receita apresentada no quadrimestre, e o Secretário da Fazenda entrou em contradição sim, porque para justificar a receita lançou mão dos valores do Previmpa, dizendo que tinha que considerar na receita R\$ 1 bilhão do Previmpa. Eu contrapus dizendo que ele não poderia considerar como receita o R\$ 1 bilhão do Previmpa. Ele afirmou que tudo o que tinha entrado ele considerava como receita. E eu falei que não era possível. E aí traz um dado de gasto com pessoal percentual alterado – adulterado –, modificado em cima de uma forma diferenciada de apresentar os números que claramente escondem a real situação da Prefeitura para a operação de uma lógica que é perversa para o serviço público. Nós não entendemos que isso possa trazer qualquer benefício para a cidade de Porto Alegre. Não há como. Esse caminho da obstrução, esse caminho... Porque a manifestação do Prefeito no Facebook foi irresponsável com esta Câmara, a fala do Prefeito foi desrespeitosa com esta Câmara da forma como se relacionou aos Vereadores. Admiro que a nossa Câmara tenha tido autonomia para fazer com que o Governo recuasse no projeto de lei, porque um congelamento *ad eternum* não se justifica. E depois a reação do Prefeito é dessa forma desrespeitosa com os Vereadores e Vereadoras. E mais desrespeitosa com a categoria\; desmarcou uma reunião, sendo que há 20 dias não ocorria uma reunião, e agora, a muito custou, marcou na quinta-feira em cima da assembleia. Desse jeito esta levando a categoria a uma radicalização, é certo, e aí nós teremos as consequências que teremos. Acho que nós temos que valorizar muito a reunião do dia 19, Vereadores Carús, Cecchim, Mendes e Valter, porque o PMDB pediu audiência pública, e a categoria vai valorizar, estará aqui na audiência pública para tratar do tema do Previmpa, da sua questão salarial... Eu sei porque o Conselho de Representantes Sindicais – Cores – já discutiu isso, vai prestigiar

a audiência pública do dia 19, e também a reunião com os pais e mães das escolas, no dia 12, às 10h, que esta Câmara agendou, através de uma conversa que tivemos, greves de pais, 12 escolas parando, porque a rotina escolar não atendia a sua demanda. Há uma grande expectativa sobre a reunião que teremos na próxima segunda-feira. Em nome dos meus colegas, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Adeli Sell e Ver. Aldacir Oliboni, apostamos no protagonismo que a esta Câmara tem de fazer essa mediação, de chamar a atenção do Governo e de apresentar o diálogo como alternativa em vez da...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**O SR. ADELI SELL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, agradeço à nossa Líder de oposição, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, a cedência deste precioso tempo.

Eu quero dialogar com o Governo, com a Cidade. Quero dizer que é preciso que nós tenhamos alguns acordos de procedimentos para que façamos Porto Alegre avançar. Porto Alegre está tendo dificuldades financeiras. Quando o Secretário Leonardo esteve aqui, eu disse a ele alguns problemas que existem em que nós podemos ajudar. Já que estamos com representantes do Governo, estamos à disposição para mostrar alguns dos caminhos que podemos trilhar sem maiores conflitos a fim de resolver essas questões. Também sobre as obras, Matheus, não concluídas, nós teremos questionamentos dos serviços não feitos, e todo secretário que glosar as contas terá apoio incondicional da nossa parte, porque nós estamos pensando na Cidade, absolutamente pensando na Cidade. Ver. Camozzato, precisamos fazer algumas percorridas pela Cidade, e não a minha pauta, não a sua pauta, não a pauta do Governo, não a pauta da oposição, mas a pauta da Cidade. Inclusive, Camozzato, V. Exa. te se pautado por mostrar aqui *ipsis litteris*, na ponta do lápis, o que se poupa e o que se gasta às vezes desnecessariamente. Portanto, nós podemos trabalhar, vou dar um exemplo, para uma solução para as casas de bomba. É impossível que continue assim. Há inclusive uma discussão da unificação ou não do DEP. Essa é uma pauta que não pode ser de governo nem oposição; essa pauta tem que ser novamente daquilo que é útil para a cidade de Porto Alegre, aquilo que vale à pena fazer; que o benefício seja do conjunto da população, conjunto de moradores de um bairro, de uma categoria profissional.

Portanto, nós precisamos mais do que nunca ter essas pautas de forma clara, cristalina, e, quando temos divergências com o projeto do Governo, temos que alertar o Governo. Pergunta que eu faço, por exemplo, sobre a questão dos agentes de fiscalização e da Guarda Municipal, um PLL que está na CCJ. Nós queremos discutir mais. Eu já propus ao nosso Presidente Pablo Mendes Ribeiro que a gente paute a

discussão antes de simplesmente analisar a letra fria do projeto de lei, que a gente faça uma análise conjunta.

Outro desafio que faço ao governo: vamos fazer uma força-tarefa para regularizar os terrenos da cidade de Porto Alegre. Eu lhes pergunto: nós não teríamos condições de discutir o IPTU mais justo se conseguirmos não apenas deixar as pessoas numa simples posse, mas ter o domínio, ter o título, porque daí ela pode ir à Caixa Econômica Federal e financiar um outro imóvel para o seu filho, para a sua filha ou fazer algum financiamento para o seu microempreendimento. Portanto, faço um desafio à liderança do Governo, aos membros que aqui representam o Executivo Municipal no sentido de uma grande força-tarefa para fazer a regularização fundiária da nossa Cidade. Dias atrás eu discutia com um prefeito do Interior sobre a seguinte situação: uma empresa tem praticamente o domínio de um conjunto importante, mas ela não tem interesse em ter esse domínio e quer passá-lo para as pessoas poderem ter sua propriedade – olhem o avanço que nós podemos fazer com o usucapião extrajudicial. Eu aponte aqui, para as senhoras e para os senhores que têm nos ouvido, Ver. Pujol, um grande processo, um grande mutirão pela regularização fundiária de Porto Alegre, e, quiçá, a gente possa fazer habitações às pampas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h17min):** Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 030/12 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra. (Pausa.) O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar o Requerimento, como autor.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; boa tarde a todos os que nos assistem. Quero agradecer ao Ver. Oliboni por me permitir falar antes.

Subo à tribuna nesta tarde para anunciar a retirada de priorização do projeto que pretendia obrigar os restaurantes de Porto Alegre a oferecer refeições e sobremesas adequadas às pessoas com diabetes. Como eu não tive o apoio necessário dos Pares para a aprovação deste projeto, estou solicitando a retirada. Desde o tempo em que eu era atleta, sempre recebi críticas positivas e assim sigo fazendo na minha vida parlamentar.

O projeto visava a atender as pessoas mais necessitadas, já que é uma atribuição do Município a promoção do direito à saúde e a normatização das ações dos serviços de saúde. A minha maior preocupação, Oliboni, quando elaborei este projeto,

foi com as pessoas de baixo poder aquisitivo que não têm acesso à alimentação saudável nos restaurantes de Porto Alegre. Comer bem, Oliboni, é importante não só para as pessoas que têm diabetes, mas para quem não sofre com a doença. O cuidado na escolha da dieta faz toda a diferença. A falta de investimento e ações para prevenção do diabetes vai levar ao aumento de casos na nossa Cidade, o que, por sua vez, também vai levar a um aumento de custo para a Prefeitura de Porto Alegre, tanto para o Governo, mas principalmente para a saúde da população. É melhor prevenir do que remediar.

A minha esperança é de que os restaurantes de Porto Alegre se conscientizem do grave problema que estamos vivendo com o aumento do número de casos de diabetes na nossa Capital e de que esta lei não faça falta para a nossa população, no futuro. Essa é a minha esperança. Eu fiz uma lei e, diante de vocês, estou a retirando de priorização porque entendi que não teria o apoio necessário, mas, quem sabe, um dia, um projeto como este venha à Câmara e tenha uma aprovação por unanimidade. Porque hoje, na nossa população – não só dentro de Porto Alegre, mas no Brasil –, de 45% a 50% das pessoas estão adquirindo o diabetes. A alimentação, as condições físicas são fatores que contribuem para tomemos menos remédios. E tomar menos remédios significa ganho para os Estados e para os municípios. Este projeto tinha essa intenção, só que o projeto teria que obrigar, e, no Brasil, o que se obriga é difícil de acontecer, todos nós sabemos.

Como eu vi que não teria o apoio necessário, eu aqui me rendo, como jogador de futebol que fui, pois aprendi a conviver com as críticas e com os aplausos. Não é que eu tenha errado neste projeto, que é um projeto bom, só que ele obriga e, obrigando, talvez não tenha valor para muitas pessoas, mas espero que um dia a gente possa conquistar essa prevenção ao diabetes e outras coisas que o esporte, a boa alimentação trazem – a vida. Oxalá nos abençoe! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**O SR. ALDACIR JOSÉ OLIBONI (Requerimento):** Nobre Presidente, Ver. Cassio Trogildo, na reunião de Líderes da semana passada, quando foi feita a priorização dos projetos que seriam votados na segunda e quarta-feira, sugeri uma Moção de Apoio aos concursados 565, da área da Secretaria da Saúde. Até porque, na ocasião, Vereadores, visitamos o Secretário, e ele já havia demandado a urgência na tramitação de um projeto do Executivo para o Legislativo, transformando as 75 vagas de auxiliar de enfermagem para técnico de enfermagem. Então nós estamos fazendo uma Moção, em relação à qual vamos fazer uma pequena discussão, de apoio à agilidade desse processo. Por isso solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 088/16 e a

votação do Requerimento nº 117/17, passar à votação do Requerimento nº 124/17. Após retornarmos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir José Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0985/16 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 088/16**, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que institui o Programa Porto Alegre Contra o Crime.

### **Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela rejeição do Veto Total.

### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

### **Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:**

**SIM** – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

**NÃO** – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

Trigésimo dia: 06-06-17 (terça-feira).

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em discussão o PLL nº 088/16, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 088/16, com Veto Total, como autor.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente e Srs. Vereadores; Vereadores dos blocos independentes; Vereadores da base do Governo; Vereadores de oposição, este projeto, para lembrar os colegas, foi um que veio “psicografado” três anos antes pela Procuradora da Casa, e a Procuradoria do Município manteve o relatório emitido pela Procuradora desta Casa. Então, não por ser um projeto de meu interesse, mas este projeto não causa nenhuma despesa para o Município, são todos números já disponíveis no Município, com sistema já disponível no Município, então, solicito a derrubada do Veto apostado pelo Sr. Prefeito de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 088/16, com Veto Total.

**O SR. CASSIÁ CARPES:** Sr. Presidente, Sras. Vereadores, Srs. Vereadores, serei breve. O sentido da minha colocação aqui é, sem dúvida, a preocupação deste Vereador e da Casa no sentido dos vetos. Nós estamos sempre prejudicados no aspecto do art. 94 da Lei Orgânica do Município, mas, sempre que vem um projeto vetado pelo Prefeito, pode ser difícil ou fácil derrubar o veto, depende do momento, da circunstância. Neste caso, o projeto é meritório, Ver. Janta, mas o parecer às vezes não é nem do Prefeito, é da PGM, que coloca o Prefeito para que ele possa vetar, vem a este plenário, e nós temos que analisar. A gente tem que colocar as questões aqui claramente, houve um veto do Prefeito (Lê.): “Significa dizer que para a consecução do PLL nº 088/16 pretende estabelecer um Programa que, de alguma forma, acarretará nova despesa decorrente da implementação dessa Política, sem a indicação da respectiva fonte de receita, o que interfere no exercício do poder executivo da administração municipal”.

Aí, quando o líder do Governo, Janta, vem aqui na tribuna, e com razão, e pede a derrubada... O que nós entendemos aqui na Casa – é assim que passam para nós – é que Prefeito agora concordou. Essa é uma preocupação desta Casa, porque, dependendo da cara do freguês, como se diz, veta; senão, não veta. Nós temos que ter uma linha. Os Vereadores estão sendo prejudicados, e para quem está nos ouvindo em casa saiba: o art. 94 da Lei Orgânica do Município tira, na maioria das vezes, a nossa prerrogativa de fazer um projeto que possa ajudar a Cidade. É bom colocarmos isso claramente aqui, de que temos algumas prerrogativas e outras não. Ou seja, não podemos criar despesa para o Executivo, e assim diz o Executivo aqui, mas às vezes se abre uma brecha para deixar passar esse tipo de projeto. E isso me preocupa, porque, e foi lido aqui na pauta anteriormente, muitos daqueles projetos serão vetados, eles virão para a Casa novamente para os vetos serem derrubados ou haver consentimento. Essa é a minha preocupação, de que venha a prejudicar o ambiente de trabalho, a nossa competência, a nossa prerrogativa e automaticamente algum aspecto do Executivo também. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 088/16, com Veto Total.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Paulo Brum, há algo que eu não consegui entender até agora, Ver. Goulart e demais Vereadores: por que o artigo 94 da Lei Orgânica do Município ainda não foi alterado até o dia de hoje? Essa discussão a respeito dos limites da iniciativa do Legislador municipal vai muito longe e, com frequência, fica emparedada em regras que extrapolam a legislação municipal e guarda coerência com a regra constitucional

brasileira. O artigo 94 da nossa lei municipal é uma repetição adequada de determinações da legislação federal neste País, que sustenta o maior regime parlamentarista do mundo e que, na verdade, enseja um presidencialismo exacerbado, por todos condenado, mas mantido. Não há dúvida nenhuma, Ver.<sup>a</sup> Mônica, de que vamos passar a Legislatura inteira enfrentando vetos do Prefeito a projetos de lei que marcadamente serão inconstitucionais, porque a margem que nos libera para votar os projetos e propor tomarmos as iniciativas dos projetos de lei é limitadíssima, e, quando nós conseguimos, Vereador, com muito esforço, Presidente, superar essa limitação da média e aprovar os projetos na Casa, derrubar os vetos do Prefeito, o Judiciário derruba a lei. Eu tenho três leis minhas, excelentes, da melhor qualidade, que o Judiciário derrubou; uma delas, inclusive, vou voltar a apresentar dentro em breve, vou insistir. O Judiciário, a legislação, enfim, estão prejudicando a municipalidade, especialmente o desenvolvimento de bons projetos habitacionais e interesse social do Município.

Agora nós temos um projeto do Ver. Janta, que se inspira, eu acredito, na literatura internacional. O programa “Porto Alegre contra o crime” é mais ou menos como um programa de televisão que eu vejo às vezes, o “Nova York contra o crime”. Em todos eles, a boa vontade, a sensibilidade do autor busca no fundo aumentar as atribuições da Guarda Municipal, encontrar brechas nesse sentido. Mas, Ver. Janta, a dificuldade está no seguinte: toda vez que nós aumentamos as atribuições da Guarda Municipal, alegamos o Poder Central, alegamos o poder do Estado, que vão se aliviando de algumas competências, mas não nos dão a devida compensação. E, nesse ponto, Sr. Presidente, acho que essas propostas, que, para juízo do Prefeito, que tem que defender a sua condição de Chefe do Executivo, porquanto resguardar a sua capacidade... O Prefeito erra. Ele podia ter o projeto lá aprovado; e, se ele não pusesse em prática, ninguém ia fazer nada contra ele. Se ele pudesse, poderia colocar em prática, mas o que acontece é que o Prefeito tem que dizer que é inconstitucional, porque o que ele não pode dizer é que não tem dinheiro para melhorar as condições da nossa Guarda Municipal, para aumentar a nossa rede de segurança.

Temos Vereadores bem-intencionados, como o Vereador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ex-Diretor do DMLU, que tem um belíssimo projeto tentando fazer segurança solidária. Há um desespero sobre segurança nesta Cidade. O Líder do Governo não escapou disso. Agora, o que o Ver. Pujol, que não é do Governo, que não quer ser de oposição, pode fazer com isso, se o Prefeito vetou, por ser inconstitucional, um projeto do seu líder? Eu tenho que reconhecer que, dentro do regramento constitucional brasileiro hoje, ele é inconstitucional. O que eu faço, Presidente? V. Exa. é sábio, é um competente Vereador. Que bom que viesse aqui para o debate também, para nos dar alguma luz. Porque defender a luta do Vereador de alargar a sua competência acho que é uma obrigação de cada um de nós. Reconhecer que o Prefeito deve preservar a sua autoridade é uma imposição a todos nós. E, aí, nesse conflito paradoxal, para onde vai um modesto Vereador como eu?

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o PLL nº 088/16, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/16, com Veto Total.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras (Lê.): “Art. 1º Fica instituído o Programa Porto Alegre contra o Crime, que visa a incentivar a população a denunciar práticas delituosas no âmbito municipal. Art. 2º Para fins desta Lei, as denúncias de práticas delituosas serão encaminhadas por meio de canal telefônico próprio, da internet, de aplicativos de *smartphones* ou de outras tecnologias disponíveis ao órgão responsável pela operação e pelo monitoramento de câmeras públicas. Art. 3º As denúncias de práticas delituosas recebidas nos termos do art. 2º desta Lei serão encaminhadas aos órgãos de segurança pública competentes”.

Quando da aprovação, Ver. Janta, o nosso voto foi favorável colocando os limites de um programa. Eu vou fazer um encaminhamento de que, para nós, a votação será simbólica ao votarmos “sim”, novamente, para o projeto, no sentido de que Porto Alegre está devendo, Ver. Adeli. O Prefeito colocou muitos compromissos na campanha sobre o tema da segurança! Muitos compromissos. E a nossa Cidade enfrenta uma situação dramática. Na semana passada, nós fizemos o registro de uma entrevista do Secretário Cezar Schirmer dizendo que a sensação de segurança estava muito maior, que isso é que era importante. A situação é gravíssima! Já registrei aqui que a Comandante Nádia tomou a iniciativa da Frente Parlamentar. O Vereador, no dia da votação do Fundo, Ver. Cassio, que eu espero que não seja vetado...

A Câmara Municipal está tomando iniciativas, mandando indicações ao Prefeito, às vezes não é recurso, é articulação. É trabalho de articulação, é insistência, é comitê, é o uso do instrumento que a própria Cidade tem, são as câmeras de vídeo, a Guarda Municipal – articulação. E também cobrança do governo do Estado. Cobrança! Porque, se a capital dos gaúchos não for dura com o seu governador, não for firme com o seu governador, para ter política pública... Nós sabemos que os governos têm que ser pressionados! O Prefeito da nossa capital se comprometeu com a segurança, sabe que aqui gera o crime para Estado inteiro, sabe que, aqui nesta Cidade, os nossos jovens pobres, negros da periferia – são negros mesmo, a maioria é de jovens, meninos – estão todo dia sendo assassinados dentro de sua casa, e, quando não é ele, é o irmão dele, por engano, Ver. Nedel! É o irmão! Entram na casa, não encontram, matam o irmão para sinalizar! É isso que estamos vivendo no cotidiano da nossa Cidade!

Nós precisamos de uma prefeitura contra o crime! Uma prefeitura que seja ativa e forte em relação ao responsável pela segurança pública, o Governo do Estado. Nós precisamos de uma prefeitura que acione energias sociais em cada região, para que a segurança pública tenha o respaldo da população, tenha o apoio da população. Eu fui, Ver.<sup>a</sup> Mônica, na posse dos vereadores-mirins, a senhora também, que é o seu espaço, o seu lugar, na Hebraica, que é uma feira muito bonita, enfim. Eu recebi um apito do movimento por segurança, cor de rosa. Vossa Excelência também! A população de Porto Alegre me entregou um apito, disse-me: “Não use o apito na hora em que está sendo assaltada, mas se enxergar...” Será que, se eu apitar, quando enxergar um assalto,

o assaltante não vai atirar na pessoa!? Então, não é possível a população tomar a segurança nas suas próprias mãos! Eu, Comandante Nádia, que é da área, não entendo tecnicamente, Comandante, então não posso nem recomendar que se use apito. Eu posso recomendar o que aprendi de precaução. Mas eu preciso que a nossa Cidade, o governante, o Prefeito, que vetou o programa, tinha limites o programa, apresente a sua ação de segurança. Qual é a articulação, como Prefeito, que ele está fazendo? Que energias está movimentando? Onde estão as ações prometidas de forma clara, nítida e que ajudaram o Prefeito a ganhar a eleição? Apesar de ter menos votos do que os brancos e nulos, lembrando. Ele tem compromisso com a segurança. Então, Ver. Janta, simbolicamente, nós vamos manter o nosso voto, mas nós queremos ações do Governo.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLL nº 088/17, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o Projeto por 28 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Total.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLL nº 141/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 141/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Mauro Zacher, ao PLL nº 141/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 141/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

## **REQUERIMENTO - VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 117/17 – (Proc. nº 1483/17 – Ver. Mauro Pinheiro)** – requer seja encaminhada Moção de Solidariedade, “em apoio À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 277/2016, de autoria do Sr. Deputado Miro Texeira e outros”.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o Requerimento nº 117/17. (Pausa.) O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 117/17, como autor.

**O SR. MAURO PINHEIRO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a nossa Moção de Solidariedade à PEC 277/16, do Deputado Federal Miro Teixeira, do Rio de Janeiro, da Rede Sustentabilidade, junto com outros, é uma PEC a que a grande maioria dos Vereadores aqui é favorável: eleições diretas em caso de vacância de ambos os cargos da presidência da República. Só que a nossa Constituição Federal, no art. 81, § 1º, prevê eleições diretas em caso de vacância nos dois primeiros anos da presidência da República. Hoje, se tivermos a vacância depois dos dois primeiros anos, as eleições serão indiretas, sendo feita a escolha pelo Congresso. Nós não achamos justo com a população brasileira, Ver. Alex, pois seria, de certa forma, regredir por termos eleições indiretas. Portanto, é uma PEC que visa a dar aquilo que a população tem demonstrado que quer nas ruas: as eleições diretas. Até mesmo porque nós sabemos que, na última eleição, tanto a chapa vencedora, que está em julgamento no TSE, quanto a chapa que ficou em segundo lugar no segundo turno, todas elas estavam comprometidas com dinheiro de propina e recursos ilícitos. A população brasileira merece a oportunidade de escolher o presidente da República caso haja vacância, o que, na minha opinião, já deveria ter ocorrido. Se o Presidente Michel Temer tivesse um pouco de responsabilidade com a população e com o País, já teria renunciado, mas, infelizmente, fica brigando para se manter no poder. Talvez mais porque tenha medo de ir para Curitiba, de renunciar e sair preso, que é o que deveria acontecer, do que pelo próprio cargo. Hoje estamos acompanhando o TSE, que está julgando a chapa Dilma/Temer. Espero que seja favorável à cassação da chapa, mas, se nós não tivermos essa modificação no art. 81 da PEC de Miro Teixeira e outros, a eleição será indireta. A população merece a oportunidade de voltar a votar e escolher um novo presidente da República em caso de vacância, mesmo sendo no último ano de governo.

A nossa moção pede apoio a essa PEC, que deve ser votada na semana que vem no Congresso. Há notícias nos jornais de hoje para que a PEC seja votada na próxima semana. Então, àqueles que concordam com eleições diretas é uma oportunidade de, através da PEC do Miro Teixeira e outros, dar isso à população. Sou favorável às eleições diretas, acho que aqui a grande maioria dos Vereadores também é. Seria muito ruim para o nosso País voltar a ter eleições indiretas. Percebe-se que a população também é favorável às eleições diretas. Faço esta Moção de Apoio à PEC e gostaria de contar com o apoio dos nobres Vereadores, porque acho que esta é a vontade da cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassiá Carpes):** O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 117/17.

**O SR. PROFESSOR WAMBERT:** Sr. Presidente, colegas Vereadores, o que está acontecendo no Brasil, Ver. Ferronato, é algo que nos deixa numa perplexão tremenda, porque a gente não imagina que exista o fundo do poço. Aliás, o fundo do

poço é uma metáfora, não há limites para o que aconteceu, para o que está acontecendo, para o que estamos descobrindo no Brasil. Mas, Ver. Mauro Pinheiro, com todo o respeito e admiração que tenho por V. Exa., vou lhe dizer que um dos grandes problemas do Brasil é justamente o nível de vulgaridade política de uma sociedade que tem uma Constituição e faz questão de não a respeitar. É um país de casuísmos. Hannah Arendt, uma filósofa muito celebrada no ano passado, com um filme sobre ela, chama isso de ralé – um país formado de ralés. Ou seja, de gente sem nenhum comprometimento com as instituições, sem virtudes cívicas, e a ideia de eleições diretas, esta, sim, é um golpe, porque é rasgar a Constituição! Por que temos que ter medo da Constituição!? Por que temos que temer a Constituição, se ela é muito clara?

Imaginem, Srs. Vereadores, que nós estamos num incêndio, e, para apagá-lo, a gente precisa acessar a mangueira que está lá disponível. Essa mangueira é a ferramenta, é o instrumento, é a nossa Constituição, e nós não podemos ter medo de quebrar o vidro, Ver. Valter. Nós temos que acessar as ferramentas que a nossa democracia nos dá. Eleição direta seria justamente o contrário, Vereador; seria botar fogo no País, seria rasgar a Constituição, escarrar no constituinte, no poder constituinte originário que escreveu a Carta Magna, em que toda hora se pisa em cima, e o petismo não só pisa, escarra, como também urina em cima da Constituição, que sequer assinou! O PT não assinou essa Constituição, por isso ele tem esse desprezo às instituições constitucionais, por isso o PT tem horror à Constituição. E agora quer a mudar na esperança de que esse bandido chamado Luiz Inácio Lula da Silva, esse corrupto, esse ladrão vulgar, volte a presidir o Brasil. Essa é a vã esperança do PT! Para isso o PT quer eleições diretas, para isso.

Mas por que rasgar mais uma vez a Constituição? Um povo que não respeita a Constituição é um povo que cai num fosso de vulgaridade política. Um povo que não tem apreço à sua Constituição, que, a cada casuísmo, a cada momento, quer mudar a Constituição para atender interesses não só mesquinhos, mas às vezes levianos... O interesse em eleições diretas, que é rasgar a Constituição, repito, nada mais é do que manter a mesma quadrilha no poder, manter no poder os mesmos bandidos que estão assaltando o País há 12 anos.

Então, Sr. Presidente, eu vou encaminhar o voto do PROS – já requeiro que seja nominal essa votação – contrário à moção, a essa emenda infame que tenta mudar a Constituição para atender a interesses pequenos, mesquinhos e vulgares. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 117/17.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Ver. Valter, se eu mostrar este *bottom*, ou este aplique: “Plebiscito Já”, o PT sai correndo, parecendo uma cruz ao ser apresentada ao Vladimir, aquele lá da

Transilvânia – eles saem fugindo. Agora, se o PT pensa que vou vir aqui, neste microfone, defender o Temer... Não vou fazer isso. Quem tem que defender o Temer é o PT, que votou nele. Eu não vou defender o Temer. Agora, eu vejo também uma coisa, Ver. Professor Wambert, o Aécio foi acusado de ter recebido dinheiro, assim como foram acusados os outros. O que aconteceu? Não está aqui o Ver. Moisés Maluco do Bem. O que o PSDB fez? Afastou o Aécio. O marido da Senadora Gleisi Hoffmann foi preso; ela foi pega com a mão na botija, lá em Paris, namorando outro. Aconteceu tudo isso, e o que o PT fez? Elegeu-a Presidente. Vejam a diferença de tratamento. Eu não tenho nada que me meter no PSDB, mas o partido, quando seu Presidente foi acusado, afastou-o: “Aécio, tu não és mais o Presidente do partido”. No PT, elegeu-na Presidente, a Senadora. Faltava gente, Cassiá, qualquer um que botassem estava...

Então, não vamos aqui defender ladrão de jeito nenhum, nenhum deles, de nenhum partido. Agora, Ver. Mauro Pinheiro, não tem como apoiar essa sua reivindicação por uma simples razão: o partido REDE... E até votei na Marina. Eu fiquei numa tristeza porque esta senhora não fala, não se apresentou na crise ou pior: mandou um filhote ou um cara do PT que sabe falar, o Molon, o cara mais radical do PT. Mandou ele lá para a REDE, que o botou de Líder. E é ele quem faz o barulho todo na REDE, um agregado do PT. Eu acho que o PT está certo, tem que botar agregados em vários partidos. Eles fizeram isso. Agora, tira o Temer, vai para o Presidente da Câmara; tira o Presidente da Câmara, vai para o Presidente do Senado; senão a Constituição tem outra saída: bota num... Pode ser alguém do PT, se tiver alguém, como diz o Ver. Cassiá, para votar, mas isso é o que manda a Constituição! Então, plebiscito já, aqui não, ai, ai, ai... Diretas Já? Isso aqui é para alimentar meia dúzia de artistas que fazem *shows*, agora baratos, mas já cobraram caros por esses *shows*. Esses artistas que estão fazendo Diretas Já já cobraram caro da Lei Rouanet, já cobraram caro da Petrobras, já cobraram caro dos Correios. Muitos são milionários, todos eles nas costas do governo do PT! Então, tudo que é moção que vem de lá está ficando difícil de votar.

Vou dizer de novo: não vou defender o Temer; quem tem que defender o Temer aqui é o PT, que votou nele, eu não vou defender! Mas também não vou ficar votando em moções de mentirinha. Moção de mentirinha: eu acho bonito “Plebiscito Já”; agora, isso está na Constituição do Estado! Se não aprovar na Assembleia, a lei é esta: plebiscito. Se não conseguir aprovar, os deputados não querem se incomodar, tudo bem, mas tem na Constituição do Estado “plebiscito já” dentro da lei! E vamos continuar dentro da lei lá com o Governo também. Se há um que não presta, tira aquele, bota o outro, mas tem a fila de cada um dentro da Constituição, e nós vamos querer, sim, Constituição! No *impeachment*, foi dentro da Constituição. Ou não derrubamos o Collor com a Constituição e o PT ajudou? Derrubamos! E agora não precisamos fazer nada. Vereador, todos nós somos a favor de eleições diretas – todos! –, mas na época de eleição. Não dá para inventar parlamentarismo, eleição direta a cada momento, vamos fazer o que manda a Constituição, vamos respeitar. A Constituição, aliás, que o PT não assinou! O PT não assinou o Plano Real. O PT não assinou...

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Não, a nota não é dele, como vai assinar, imagina só! Obrigado por terem me escutado, mas eu queria falar isto: se nós temos Constituição, respeitem a Constituição Federal, Constituição do Estado, Regimento Interno da Câmara, vamos obedecer, pois é para isso que são escritos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 117/17.

**O SR. FELIPE CAMOZZATO:** Boa tarde, colegas Vereadores, Ver.<sup>a</sup> Sofia. Primeiro, fora, Temer; segundo; não volta, Lula. Acho meritória a Moção de Solidariedade proposta pelo Ver. Mauro Pinheiro sobre essa PEC do Deputado Miro Teixeira, porém, apesar de considerar meritórias as eleições diretas nesse momento de especial crise política que estamos vivendo, eu acredito no respeito às lei e à Constituição. Acho que é disto que nós precisamos: ater-nos à Constituição e às normas. Por isso, mesmo que alteremos uma PEC, o art. 16 fala em anualidade, teria que ser feita essa aprovação da PEC um ano antes para que os preceitos constitucionais fossem devidamente respeitados. Nesse intuito, apesar de considerar meritórias as eleições diretas, acredito que seja melhor que respeitemos nossa constituição e a defendamos. Portanto não posso ser favorável a essa Moção de Solidariedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 117/17.

**O SR. ROBERTO ROBAINA:** Escutando as intervenções, eu vejo que vários argumentam de que não pode haver eleição direta. Eu venho à tribuna para apoiar a proposta apresentada pelo Ver. Mauro Pinheiro, uma proposta de apoio à emenda constitucional do Deputado Miro Teixeira, da REDE. Vejo que um dos argumentos que tentam esgrimir contrariamente a essa proposta é que isso requer uma mudança constitucional. Pois os mesmo que são contrários a essa proposta – porque ela requer uma mudança constitucional – estão lutando no Congresso Nacional para mudar a Constituição e impedir a aposentadoria dos brasileiros. Porque também, para atacar a aposentadoria, como o PMDB, o PSDB e os partidos da base aliada do corrupto e ilegítimo governo Temer pretendem fazer, se exige mudança constitucional. Portanto isso não é um argumento real. É uma tentativa de esconder a real intenção desses partidos, que é impedir a soberania popular. São os partidos que têm, por sinal, suas lideranças nacionais envolvidas na Operação Lava Jato e ainda seguem sustentando o corrupto Governo Temer. Eu fico satisfeito que haja Vereadores que, mesmo sendo da base desses partidos, não usam a tribuna para defender o corrupto Governo Temer, mas a realidade é que esses partidos estão sustentando um Governo corrupto, com um nível

de corrupção histórico e que está nesse momento tentando promover ataques enormes aos direitos dos trabalhadores. E nós queremos derrotar esses ataques, inclusive através da mobilização social, que é o melhor caminho para isso, por isso participamos da greve geral do dia 28 de abril, por isso participamos da marcha a Brasília no dia 24 de maio, por isso participaremos da greve geral, convocada pelas centrais sindicais, no dia 30 de junho, e nós estamos empenhados em derrotar essas reformas. Na verdade, não deveriam chamar de reformas, porque, em geral, reformas são para melhorar a vida das pessoas; na verdade são contrarreformas que vão fazer com que os trabalhadores não tenham direito a um almoço decente, que vão impedir os trabalhadores de entrar na Justiça do Trabalho contra a patronal, porque, a partir da reforma trabalhista, haverá a obrigação de os próprios trabalhadores pagarem os custos do processo – e nós sabemos que isso não é viável. Portanto é um conjunto de ações do Governo Temer, apoiadas pelo PSDB e pela mídia corporativa, que ataca direitos dos trabalhadores.

E nós estamos empenhados em derrubar o Governo Temer, sim, e achamos que este Congresso Nacional, que tem, talvez, a metade dos membros envolvidos em esquemas de corrupção, não tem nenhuma legitimidade para votar quem deve substituir o Presidente Temer. Nós sabemos que a primeira tarefa é derrubar o Temer; a segunda tarefa é evitar que essas reformas passem, mas nós também não aceitamos que o Congresso Nacional decida os rumos do País. Este argumento de que a Constituição não pode ser alterada é um argumento falacioso, infelizmente usado para que as coisas se mantenham como estão. Sabemos que há ainda uma luta dura para derrotar o Governo Temer, há uma luta dura também pelos rumos do País. Na verdade, quando nós apostamos no mecanismo eleitoral institucional, todo mundo sabe que nós não apoiamos o PT. Eu sai do PT em 2003, nós fundamos o PSOL porque consideramos que o PT adotou uma política que era uma política de reproduzir a mesma lógica dos governos anteriores. Não é à toa que o PT fez a aliança com o PMDB, e o resultado dessa aliança todos nós estamos vendo, mas nós, em função de ter um setor ou outro com mais peso nas pesquisas, não podemos defender uma política que tire do povo o poder de decidir sobre os rumos do País. Esses que pensam que o povo pode deixar de decidir sobre os rumos do País são aqueles que defendem, por exemplo, a volta do regime militar, que seja um tipo de funcionamento na sociedade onde aqueles que são condecorados, aqueles que são colocados como grandes líderes são os líderes que estiveram à frente da ditadura militar. Nós não aceitamos essa lógica. Há um debate sobre os rumos do País, e nós apostamos que deva ter mais democracia, não menos democracia. Nós não achamos que o mecanismo eleitoral signifique um mecanismo suficiente em termos de participação popular, mas ele é um mecanismo real que nós devemos apoiar.

É uma proposta mínima democrática apresentada pela REDE, apoiada pelo PSOL, apresentada por um deputado que não pode ser acusado de esquerdista, o Miro Teixeira sempre teve uma tradição, inclusive, ligada à própria Rede Globo de Televisão no Rio de Janeiro, no início da carreira dele. Quer dizer, apoiar – apoiar – essa mudança, a proposta do Miro Teixeira de que tenhamos eleições é apoiar uma proposta

democrática básica, liquidar com o Temer e garantir que o povo possa votar sobre quem deva ser seus representantes.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 117/17.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa tarde a todos e todas. Quero agradecer aqui ao Oliboni, à Sofia e ao Adeli por me conferirem o espaço aqui para fazer encaminhamento da proposta do Ver. Mauro Pinheiro. E eu começaria dizendo: quem tem medo de eleições? Eu também não sou simpático à ideia de ficar mudando a Constituição a todo o momento. Nós temos mais de 50 emendas já à Constituição, perdem-se as contas de quantas emendas já foram feitas à Constituição desde 88, mas ninguém tem dúvida de que estamos vivendo um momento singular, um momento em que há, sim, uma deslegitimação como nunca antes houve da classe política e do Congresso Nacional, que está aí e se deslegitima, cada vez mais, quando tenta implementar um programa, que aqui o Ver. Robaina já citou, sobre a questão da chamada Reforma da Previdência ou Trabalhista, que, na verdade são retiradas de direitos.

Eu tenho observado, nos quatro primeiros anos em que estive aqui, estou no quinto ano, que a todo momento se fala nos 16 anos do Partido dos Trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores não está mais na presidência do Brasil, fruto de um golpe, e, no entanto, isso continua assombrando muitos Vereadores e Vereadoras que representam ideias aqui, infelizmente, ultrapassadas, eu diria. O Ver. Cecchim – é uma pena que ele não esteja aqui – usa esse artifício de dizer que quem votou no Temer é porque tinha votado na Dilma. Talvez seja preciso lembrá-lo de que vivemos no chamado presidencialismo de coalizão. Nós fizemos aliança com o PMDB, com Michel Temer, para conseguir chegar ao Governo. E esse é o nosso sistema, não por uma identidade ideológica, como alguns aqui querem fazer entender que há, entre PMDB e PT. E muito me assusta essa pressa do Ver. Cecchim, e o Ver. Camozzato também recorre da mesma forma, de subir aqui e dizer que é contra o Temer, que é contra o Presidente do seu partido. Eu também tenho críticas. Eu acho que, quando você entra num partido político, você não aceita, de cabo a rabo, tudo o que acontece dentro do partido. Você o critica, luta internamente para mudá-lo. Assim é no Partido dos Trabalhadores, assim deveria ser em todos os partidos. Mas essa postura, eu chamaria de pastosa, Carús, em que uma hora... Veja, o Vereador sobe aqui e diz que votou na Marina Silva.

(Aparte antirregimental do Ver. André Carús.)

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Não, eu não estou dizendo que não foi verdade, estou dizendo que um Vereador ligado ao PMDB tem o Presidente Michel

Temer, do PMDB, e vota numa candidata que está numa outra chapa. Isso só ajuda a criar uma confusão na cabeça do eleitor. Que bom se tivesse partidos mais identificados ideologicamente, em que as pessoas pudessem votar, dizer que votaram em tal partido e que estão cobrando essa postura. Mas alguns partidos têm uma postura que eu chamei aqui de pastosa, para poder manipular e se posicionar dependendo da situação do momento. Por isso, tenho orgulho de ser petista. As pessoas me cobram e cobram de qualquer petista que passa na rua, como se fôssemos um todo unitário – falando com um Vereador aqui, está falando com um Vereador do PT lá em Macapá – , como se fôssemos e temos que ser, é importante que a população identifique, nos partidos, uma ideia, uma clareza ideológica. E isso, infelizmente, vemos em poucos partidos. Nesse sentido, há, sim, um orgulho de pertencer a um grupo político, a um partido, que é cobrado coletivamente. Isso, no mínimo, é mais clareza ideológica.

Eu quero terminar a fala com a pergunta que fiz no início: quem tem medo de eleições? O Lula não é candidato, não está declarado. Ele está com 40% na última pesquisa, Professor Wambert, 40%. No momento em que, há mais de uma década, é bombardeado em quase todos os órgãos de imprensa, continua lá em cima...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** ...Eu acho que chegou o momento de entender que as pessoas estão mais ligadas, eu diria, e entender que também a mídia tem se posicionado – não todos os setores, mas alguns setores – de forma tendenciosa, manipulando, como já disse nesta tribuna várias vezes. O jornalista não mente, mas ele enfatiza mais um ponto e menos o outro, e aí está a distorção.

Realmente, estamos aqui votando uma Moção de Apoio a uma proposta de eleições diretas no País. Estamos querendo novas eleições. A pergunta é: quem tem medo de eleições?

Michel Temer acabou admitindo que usou um jato particular do Joesley, quer dizer, não tem mais legitimidade nenhuma para continuar. Então, “sim” à emenda, Ver. Mauro. Espero que o conjunto da Câmara aprove a sua moção. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 117/17, pela oposição.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde. Venho à tribuna em nome do bloco de oposição, portanto, represento aqui os Vereadores do meu partido, o PSOL, e também os Vereadores do PT. Venho trazer a este debate uma contraposição ao que foi colocado inicialmente, na tribuna, pelo Ver. Professor Wambert. Com todo o respeito, Ver. Professor Wambert,

nós temos aqui uma Moção de Solidariedade, ou seja, de apoio a um projeto de emenda constitucional. Para que servem as emendas? Servem justamente para reformar uma legislação já existente e que, muitas vezes, precisa de atualização. Então, há o dispositivo legal de fazer reformas, de reestruturar leis, de atualizá-las, de dar uma nova configuração ao sistema legal vigente, para atender às necessidades e às demandas da população, é isso que nós estamos discutindo aqui.

O projeto de emenda constitucional que está em debate é justamente aquele que atende aos anseios de boa parte da população, que está se manifestando principalmente nas redes sociais. Eu tenho visto inúmeros encaminhamentos nas redes sociais de pessoas que estão completamente inconformadas com a impossibilidade de cassação do Temer – e isso parece que ele está conseguindo unificar no Brasil. O Presidente, atualmente, tem 3% de aprovação, e isso é obscuro, isso é vergonhoso. O Brasil inteiro já disse “Fora, Temer!”. Somente os seus lacaios continuam apoiando. E estão apoiando, única e exclusivamente, por interesses próprios – essa é a realidade! –, ou, então, estão apoiando porque querem alguma manobra por parte do Governo, para salvar as suas próprias peles. Essa é a realidade. O Brasil já decidiu: esse cara não tem mais condições de governar o nosso País.

Em segundo lugar: que rumo tomamos? O rumo legal é dado pela Constituição de 1988, uma época em que nós não sonhávamos que o Congresso Federal fosse ter, dos seus 513 representantes, mais de 300 congressistas indiciados, citados ou investigados por denúncias de corrupção. Mais de 300! E são esses os caras que a nossa legislação lá de 1988 determina que escolham, de forma indireta, quem vai governar o nosso País. Não aceitamos! A população não aceita esse absurdo, que essa corja de canalhas que se apropriou do Congresso Federal decida os rumos do nosso País até as eleições de 2018! Por conta disso, um movimento que está tomando corpo e crescendo no Brasil inteiro vem a público dizer: “Não queremos apenas o ‘Fora Temer’. Queremos que o Brasil possa escolher dentro de propostas que deixem claro se quem se candidata vai ser a favor da reforma trabalhista que está em curso lá em Brasília, ou se vai ser a favor da reforma da previdência, que também está em curso”. É isso que nós estamos discutindo. Eleições diretas para uma clareza programática, quem será eleito? Vamos ver, vamos aos debates! Apóia ou não apoia a reforma trabalhista? Apóia ou não apoia a reforma da previdência? Porque, do jeito que está essa corja, esse ninho de ratos vai continuar a mandar e desmandar no nosso País. Por isso vimos a público pedir que, acertando ou errando, a decisão final seja do povo brasileiro, para o bem ou para o mal, mas que ele possa decidir frente a um programa de governo que vai deixar às claras essas questões. Precisamos dar à população o que é de direito dela: o poder, que a Constituição prevê, de decisão.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Professor Wambert, o Requerimento nº 117/17. (Pausa.) (Após a apuração

nominal.) **REJEITADO** por 14 votos **SIM** e 15 votos **NÃO**, com o voto de desempate do Presidente.

## **REQUERIMENTO - VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 124/17 – (Proc. nº 1610/17 – Ver. Aldacir Oliboni)** – requer seja encaminhada Moção de Solidariedade “aos Profissionais aprovados em concurso público edital 565, técnico de enfermagem, e demais concursados, solicitando urgência, do Executivo municipal, para encaminhamento do Projeto que transforma as vagas de auxiliar em técnico de enfermagem na Secretaria Municipal de Saúde”.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o Requerimento nº 124/17. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 124/17, como autor.

**O SR. ALDACIR OLIBONI:** Saúdo o nosso Presidente da Câmara Municipal, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadores e Vereadoras, público que está nos acompanhando; de modo especial, queria saudar parte da comissão dos concursados do concurso nº 565, nobres cidadãos Cleber, Milton, Graziela, Liliana, Lúcia e Marco Antônio. Queria dialogar com os Vereadores e com as Vereadoras, pois nós somos da Comissão de Saúde, e há outros Vereadores que militam na área da saúde, que são médicos, profissionais da saúde como eu, que trabalho na área da saúde desde 1º de outubro de 1980. São 37 anos, e tenho uma enorme dedicação à causa, aos trabalhadores da área da saúde e, de modo especial, aos profissionais que são concursados. Nós fizemos uma visita ao Secretário Municipal de Saúde no início de março, e ele mandou para o núcleo do Governo a sua sugestão de transformar as 70 vagas de auxiliar de enfermagem em vagas de técnico de enfermagem, mas esse projeto não chegou à Casa. Por isso estamos encaminhando uma moção em solidariedade a esses profissionais, porque nós vemos que em todas as unidades de Porto Alegre – no HPS, no HPV, nas unidades de saúde – estão faltando profissionais. Eu podia elencar aqui, por exemplo, um levantamento feito pelo Coren que diz que, somente no HPS, o Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre, faltam 31 enfermeiros e 117 técnicos de enfermagem; no Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, estão faltando 30 enfermeiros e 57 técnicos de enfermagem; nas unidades de saúde ou nas gerências distritais de Porto Alegre, estão faltando 526 enfermeiros e 668 técnicos de enfermagem. Nós poderíamos falar, por exemplo, dos médicos que estão faltando na Estratégia de Saúde da Família, nas unidades de saúde, como falei, no HPS, no HPV e nos prontos atendimentos. Essa é a justificativa da enorme urgência que tem o núcleo do Governo para se preocupar com essa demanda que nós, enquanto membros da Comissão de Saúde, estamos há tempo reivindicando, para poder reativar alguns serviços. Nós poderíamos dizer, por exemplo, que, no HPV, o quarto e o sexto andares

estão fechados; que, no HPS, vários leitos da UTI e do bloco cirúrgico estão fechados por falta de servidores; que inúmeros atendimentos não são feitos na área da saúde básica, como na Estratégia de Saúde da Família, por falta de profissionais da área da saúde. A nossa preocupação é só estabilizar ao menos onde nós temos a possibilidade de fazer o atendimento. Nós não estamos reivindicando um novo hospital, que seria muito importante; nós estamos reivindicando que os profissionais da área da saúde aprovados no concurso nº 565, de 2016, possam ser chamados para suprir as vagas que existem ou que podem ser transformadas em vagas para técnico de enfermagem, como é o caso das 70 vagas da nossa moção.

Eu queria fazer um apelo aos nobres colegas Vereadores, é uma solicitação do próprio Secretário da Saúde para o núcleo central do Governo, Secretaria da Fazenda, que deve estar medindo a repercussão financeira, mas está demorando. Nós apresentamos esse pleito da comissão dos concursados no início de março, e, naquela ocasião, o Secretário disse: “Já encaminhei para a Secretaria da Fazenda”. Até então, o projeto não tinha retornado. Está demorando demais! Inúmeros cidadãos e cidadãs não estão sendo atendidos, serviços na área da saúde estão sendo fechados, por isso, esse apelo. Eu creio que é uma simples indicação, uma simples Moção de Apoio aos concursados, mas o que nós mais queremos é que, de fato, o Governo se preocupe com a reativação do atendimento na área da saúde, principalmente nesses grandes instrumentos de atendimento, como o HPS, a rede básica, a Estratégia de Saúde da Família, o Hospital Presidente Vargas. Tenho certeza de que os nobres Vereadores votarão favoravelmente, à medida que há também um apelo da comissão do concurso para poder chamar imediatamente os aprovados. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 124/17.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho aqui fazer o encaminhamento, em nome da bancada do nosso partido, o PMDB, dessa Moção de Solidariedade, que, sem dúvida alguma, vem ao encontro daquilo que já dialogamos com o Governo Municipal, e há acordo nesse sentido. O Secretário Municipal da Saúde, o Dr. Erno, quando recebeu a representação da COSMAM, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa, afirmou que, em alguns meses, essa adequação na legislação municipal para que os técnicos de enfermagem aprovados no Concurso nº 565 pudessem assumir as vagas dos auxiliares de enfermagem que estão deixando o serviço público seria encaminhada por meio de um projeto. Vale lembrar que isso não é uma decisão isolada da Prefeitura de Porto Alegre, tampouco é uma medida ilegal ou inconstitucional. O próprio Conselho Regional de Enfermagem tem indicado – e já existem exemplos de outros Municípios brasileiros – que os técnicos de enfermagem estão assumindo as vagas deixadas pelos auxiliares de enfermagem. Nas visitas que temos realizado pela COSMAM a todos os

locais de atendimento da Secretaria Municipal da Saúde, seja na atenção primária, nos hospitais geridos pelo Município, seja nos prontos atendimentos 24 horas, que visitamos todos, é flagrante que a falta de recursos humanos é o que precariza o atendimento. Nós sabemos e temos a sensibilidade de compreender que a crise financeira é o que impede uma chamada rápida desses servidores. Mas governar é eleger prioridades, e o Governo já elegeu, desde a campanha, essa prioridade. O próprio Secretário Erno, num dos primeiros anúncios da nova Administração, afirmou que, em cada Equipe de Saúde da Família, em Porto Alegre, teria um médico à disposição. Pois foi feito um investimento nisso. Também foi dito pelo Secretário Erno – infelizmente, acabou indo na contramão da direção do Hospital Parque Belém, que fechou antes as portas – que o Município contrataria 25 leitos lá. O Secretário Erno está indo muito bem. Aliás, quero ressaltar que, dos gestores municipais que estão no exercício das suas funções, o Secretário Erno é um que tem respeitado a Câmara, as suas demandas e tem ouvido os Vereadores para dizer “sim” ou “não”. E ele faz muito bem, diferente de outros Secretários Municipais.

Mais uma vez, vou fazer uma crítica e vou continuar criticando até que ele responda aos pedidos encaminhados pela Casa ao Secretário da Segurança Kleber Senisse. O Postão da Cruzeiro, Ver. Oliboni – o senhor encaminhou pela COSMAM uma observação nesse sentido –, anteontem fechou a emergência na madrugada, porque não tinha Guarda Municipal. Não tendo Guarda Municipal, não há como agir de maneira integrada com a Brigada Militar. Aí um delinquente da comunidade, procurando um adversário que estava em atendimento, invadiu a emergência do PACS atirando, colocando em risco a vida dos pacientes e dos servidores.

Eu fugi um pouco do tema do encaminhamento, mas vale destacar que nós temos, na saúde do Município, o cumprimento das promessas de campanha até o momento. Sabemos que, muitas vezes, existem entraves burocráticos, existem limitações de ordem financeira, mas eu acredito que, com esta moção para que, o mais breve possível, o projeto de adequação venha para esta Casa, e considerando aqueles técnicos que serão chamados – 10 de imediato, mais 20 para os lugares dos servidores que estão em licença, aguardando aposentadoria –, nós podemos ter, em 2017, cerca de 100 técnicos de enfermagem aprovados em concurso público assumindo suas funções e melhorando o atendimento da saúde em Porto Alegre. O que, infelizmente, nós não estamos vendo na segurança, porque nem os 290 guardas aprovados nós sabemos se vão ser chamados, e não há nenhuma ação, nenhuma reação do Secretário quanto...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 124/17.

**O SR. DR. THIAGO:** A nossa bancada, unissonamente, Ver. Oliboni, vai votar a favor da moção. Essa é uma moção que é da Cidade, é uma moção que é uma solicitação e uma ação da própria Secretaria Municipal da Saúde. Eu quero dizer que participei – o Ver. Oliboni estava na Assembleia, e o Ver. Carús estava no Executivo –, no passado, do chamamento do outro concurso. O primeiro a chamar essa pauta foi o Ver. Paulo Brum, eu era o Presidente da Casa, e lá era o concurso nº 470 dos técnicos de enfermagem. Ao fim e ao cabo, depois de muita luta, se conseguiu chamar, o Executivo chamou 480 técnicos de enfermagem. Aquele momento foi fundamental, porque a chamada possibilitou que não se fechasse o Hospital Presidente Vargas. Teve um gestor que, na época da eleição – não era gestor municipal, era estadual –, disse que, se tivesse a caneta na mão, manteria a Fugast. Aí ele teve a caneta na mão como Governador do Estado, terminou com a Fugast e quase levou junto o Hospital Presidente Vargas. Falo do então Governador Tarso Genro.

São três situações importantes que são colocadas aqui. A primeira é a do chamamento dos técnicos de enfermagem – alguns estão aqui na tarde de hoje –, o chamamento deles para as vagas que já existem. A segunda questão é o chamamento deles e a resolução por parte da Secretaria Municipal da Saúde... O Secretário, em todas as falas, tem sido enfático, dizendo que vai resolver a questão da licença para aguardar a aposentadoria, diz que vai resolver de algum jeito. Tem que ter cabelo no peito para resolver: ele tem e vai resolver. Ou aposenta as pessoas com 20%, e as pessoas são livres para buscar o Judiciário na reposição, ou cria outro artifício para poder aposentar as pessoas sem que haja prejuízo na remuneração. Mas, de qualquer forma, o que a Cidade não pode é ficar esperando, e essa não é uma avaliação somente do Secretário, é uma avaliação do Governo. O que o Secretário tem dito que decide – e vai decidir – é a questão da aposentadoria dessas pessoas, de uma forma ou de outra, porque isso abre as vagas. A terceira questão que foi falada aqui é a reversão dos cargos de auxiliar de enfermagem em técnico de enfermagem. O Secretário já assumiu um compromisso com os Vereadores, já gravou vídeo, Ver. Moisés, dizendo que vai chamar esses técnicos de enfermagem. Amanha é a reunião do comitê gestor, e o Secretário acabou de me pedir para transmitir aos Vereadores que a expectativa é de um desfecho favorável da reunião. Eu acredito piamente que a gente vai poder incrementar o Hospital Presidente Vargas, o Hospital de Pronto Socorro e algumas unidades importantes do Município num curto espaço de tempo com a mão de obra qualificada desses servidores que passaram em concurso público.

Isso mostra também uma outra preocupação que é minha, em especial, e acredito que de muitos colegas que é a questão do Hospital Presidente Vargas. Segundo palavras textuais do Secretário – e nós, até prova em contrário, temos que acreditar –, o Hospital Presidente Vargas continuará público e oferecendo um serviço de qualidade à população de Porto Alegre. Talvez as atividades-meio, que não faz sentido serem públicas, elas possam ser prestadas por terceiros, mas a atividade-fim do Hospital Presidente Vargas, assim como a do HPS, permanecerá pública. Saúdo o Secretário por essas posições e por essas decisões. Podem ter certeza de que isso vai fazer com que a cidade de Porto Alegre possa assumir um outro patamar naquilo que se refere à saúde

pública. Vamos votar favoravelmente à moção, porque ela é importante para a Cidade e também para que o Secretário possa, junto ao núcleo de Governo, mostrar que isso é prioridade para o conjunto do pensamento político da Cidade, que é expresso nesta Casa. O Secretário, se continuar nesse tom, se continuar nessa toada, tenho certeza de que vai continuar com o apoio do conjunto dos Vereadores, porque saúde tem que ser a prioridade das prioridades. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 124/17.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que estão conosco, nossos telespectadores; quero trazer uma saudação aos concursados que estão conosco nesta tarde. Estou falando em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista. Quero aproveitar para trazer um abraço e cumprimentar o Ver. Oliboni, saudar a nossa Comissão de Saúde e Meio Ambiente pelo trabalho que desempenha nessa questão a ela vinculada. Numa preliminar, digo que trabalhei 30 anos dando aula para concurso, conheço o assunto e sei que aquele jovem – homem ou mulher – que faz concurso e é aprovado tem uma expectativa. Se fez o concurso, é porque ele quer, pretende ingressar no setor público, coisa que eu também já fiz há mais de 35, 40 anos. A questão hoje é transformar cargos de auxiliar de enfermagem em técnico de enfermagem. Esse assunto vem de longe, nós aqui tratamos faz tempo. Esse concurso específico foi realizado em 2016, chamaram cinco, e nós temos necessidade de muitos outros. Os Vereadores que me antecederam se manifestaram no sentido da importância de nós transformarmos os cargos de auxiliar em técnico de enfermagem, e, com isso, abrir possibilidade de nomeação. Uma vez viabilizado, eu tenho certeza de que nós estaremos aqui tratando e defendendo a ideia de uma urgente nomeação. Meu caro Ver. Oliboni, como V. Exa. sabe, eu sou, desde que aqui assumi, membro da CEFOR. O que é que nós temos aí? Nós temos um encargo a mais para o Município, baixíssimo, uma vez nomeando esses técnicos de enfermagem, e temos um retorno, uma perspectiva de retorno enorme, que é colocarmos nossos aprovados prestando serviço de enfermagem nas instituições de saúde do Município de Porto Alegre. Portanto, meu caro Oliboni, em nome da nossa bancada, nós asseguramos a vocês que vamos votar favorável, no sentido de, primeiro, viabilizar os cargos; segundo, nomear, porque temos absoluta consciência da importância do ingresso de servidores na área da saúde. Dentre tantas outras que temos aí, hoje nós estamos conversando sobre a saúde e não poderíamos deixar de estar aqui registrando a nossa posição. Vamos continuar a luta, porque ela é salutar para a saúde de Porto Alegre. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 124/17.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver.<sup>a</sup> Fernanda, Ver. Prof. Alex, Ver. Marcelo, Ver. Oliboni, Ver. Adeli; eu quero elogiar a iniciativa do Ver. Oliboni, que está acompanhando e militando fortemente junto à COSMAM no tema da saúde, a área onde atua, e também preocupado com um dos aspectos dos grandes problemas de saúde que Porto Alegre está vivendo, que é esse tema de termos os cargos, termos os concursados, termos a necessidade... Precisamos fazer uma adequação. Eu também recebi a comissão de aprovados de técnicos de enfermagem no final do ano passado. Não é pela luta dos aprovados, mas o que nós temos do Coren, Ver. Oliboni, que, inclusive, me atualizou os números, é um diagnóstico gravíssimo. O Secretário da Saúde é da área e é muito competente na minha opinião. Assisti à primeira reunião da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde da Família, que o Ver. Oliboni preside e coordena, gostei muito quando ouvi as diretrizes do Secretário para atuação em saúde, achei as diretrizes muito pertinentes. Temos boas diretrizes, corretas, uma aposta no SUS, na equipe, enfim, um trabalho em equipe e não uma saúde médico-centrada, então, nós não temos como não ajudar o Secretário da Saúde a ter os funcionários adequados para o trabalho que tem que realizar.

Eu volto a insistir, Ver. Aldacir Oliboni, que salário de funcionário é o maior e melhor investimento que nós podemos fazer como Prefeitura. É o melhor! Eu vou dar dois exemplos que não são da saúde, mas, depois, volto para a saúde. Estivemos hoje no Ginásio Lupi Martins, Ver. Cassiá Carpes, que sei que está muito presente acompanhando o tema. A história do Lupi Martins antes de os funcionários estarem lá dentro é uma história: é de depredação, de morador de rua, de tráfico de drogas, de queda do espaço físico. Quando chegam os professores – quatro professores e um estagiário –, pronto, virou um ginásio cheio de gente, de crianças a idosos. Se não tem gente, se a Prefeitura não gastar com salário, se não garantir o servidor, não tem política pública.

Vou dar outro exemplo, falo diretamente, o Ver. Janta sabe disso: a Escola São Benedito, uma escola infantil lindíssima, inaugurada no final de dezembro do ano passado, construída com recursos do Governo Federal, onde 50 crianças estudam. Seria para crianças de zero a seis anos, mas só tem crianças de seis anos, e meio-turno; escola, creche, escola de turno integral. Por quê? Falta o sujeito da educação, o homem, a mulher, professor e monitor.

Esta moção diz que é muito importante aproveitar que existem os cargos de auxiliar de enfermagem – essa denominação está superada, inclusive, existe um concurso realizado para técnico de enfermagem, há um compromisso do Governo em transformar isso –, e é uma moção para transformação desses cargos. Ela não cria cargos novos, mas os transforma, aproveitando o concurso de 2016, suprimindo a política pública de recursos humanos. Este meu encaminhamento pela oposição é que, sim, investimento em recursos humanos, por mais que eu tenha um excelente gestor, se eu não tiver, haverá um desmonte da política de saúde. O Coren indica que precisaria, para

o Pronto Socorro, 117 técnicos de enfermagem; para o Hospital Presidente Vargas, 57 técnicos de enfermagem; para as unidades de saúde, quase 500 técnicos. Se atualizarmos os dados, é mais do que isso. Estamos com uma lacuna brutal na saúde da cidade de Porto Alegre e sabemos a consequência lá na ponta. O apoio político de toda a oposição para que se transformem esses cargos, para que sejam chamados os técnicos de enfermagem, e que a gente possa suprir as demandas da saúde com o ser humano, com o servidor, que é o principal investimento de uma prefeitura para oferecer bons serviços.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 124/17.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, Ver. Valter, eu me inscrevi em nome do PSOL para encaminhar, Ver. Aldacir Oliboni, essa importante moção. Nós estamos vendo a crise por que passa a saúde pública municipal com a falta de funcionários. Eu tive a oportunidade de acompanhá-los, na COSMAM, em algumas visitas no Município, no Hospital de Pronto Socorro, no Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas na semana passada. Eu sei que hoje a comissão esteve no Posto Santa Marta. Uma das coisas que nós vemos em todos esses lugares é justamente a ausência de técnicos de enfermagem. E não só eles: faltam enfermeiros, faltam médicos, faltam outros profissionais da saúde, é um déficit já histórico, mas existem leitos, neste momento, fechados por falta de profissionais. No caso do Presidente Vargas, quando nós estivemos lá, a lotação é cinco pelo número de funcionários que tem. Tinha 11 crianças no dia em nós estivemos lá, e a capacidade física seria de 23 crianças, caso houvesse as equipes completas. E a emergência superlotada. Então, nós temos esse déficit enorme. Uma das questões fundamentais para que se possa garantir o chamamento dos concursados é a questão da alteração do cargo de auxiliar para o cargo de técnico. É um projeto modesto, é um projeto que não envolve gastos, e nós estamos esperando que seja enviado. Acho que a sua moção ajuda nessa luta necessária. O grupo de concursados tem estado presente nas visitas, e tivemos a oportunidade de ouvi-los no Hospital de Pronto Socorro. Acho que é uma moção meritória, merece o nosso apoio, merece o nosso voto favorável e, sobretudo, o compromisso permanente com essa luta em defesa da saúde pública e em defesa desses profissionais.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 124/17.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Vereadores; nós construímos, juntos com o Oliboni e o Governo, essa moção e a necessidade de agilizarmos. O

Secretário Erno já deu acordo e está agilizando essa questão. Mas foram ditas algumas coisas aqui que nós temos que esclarecer. O Município tem grande interesse de abrir o Hospital Parque Belém. Nós já participamos de algumas reuniões da Comissão de Saúde, participamos de algumas reuniões em outras comissões da Casa com os gestores. Agora, nós não vamos mais botar dinheiro público num hospital que não nos dá a gestão. Nós queremos a gestão. Nós conseguimos parceria para tocar o hospital, para abrir todos os leitos do hospital, para abrir emergência, UTI, só que o parceiro quer a gestão. O parceiro concorda que os atuais gestores, os donos participem da gestão, mas os parceiros querem a gestão. Ninguém vai botar o seu dinheiro sem ter condições de discutir, de participar e de ter voz na gestão.

Nós somos favoráveis à reabertura desse hospital imediatamente, mas o Município de Porto Alegre, juntamente com os parceiros que já arrumou – isso já foi dito na COSMAM, já foi dito para os próprios gestores do hospital –, eles querem os números. Até hoje os números não chegaram, até hoje os números não se tornaram públicos. Nós queremos abrir o Hospital Parque Belém, a Prefeitura de Porto Alegre e a Câmara de Vereadores querem abrir, mas nós queremos ter a gestão, porque isso é dinheiro do povo de Porto Alegre. Nós queremos ter um pronto atendimento até às 22h, nós queremos ter leitos disponíveis, UTI, mas a gestão tem que ser do Município de Porto Alegre. Nós já tivemos um grupo de Vereadores que participa do 470. Quatrocentos e setenta é o número de um concurso público da Prefeitura de Porto Alegre que nós estamos lutando para chamarem os concursados aprovados – eu, o Dr. Thiago e outros participam desse grupo. São concursados da Prefeitura que até agora não foram chamados, nós estamos fazendo a nossa parte. Nós dependemos de recursos do Governo do Estado e recursos da União, isso também na área de segurança pública. Toda vez que foi solicitado que um secretário viesse aqui para nós acharmos soluções para alguma área, seja a área da saúde, da assistência social, da educação, da segurança, a liderança do Governo sempre mandou um representante da área. Nós vimos um incidente no Postão da Cruzeiro. Esse tipo de incidente tem ocorrido em vários locais de Porto Alegre. Nós temos uma guerra constante na cidade de Porto Alegre, e ela não é de agora, tanto que estamos investindo, estamos atrás de recursos para a Guarda Municipal. Aprovamos, na semana passada, um fundo proposto pelo Presidente da Casa, o Fundo de Segurança Pública, para que possamos aportar dinheiro, para que haja verba a disponibilizar para a Guarda Municipal, para viaturas, para a Brigada Militar. A segurança pública é um caos não só na cidade de Porto Alegre, mas no Brasil inteiro, e nós vamos procurar, junto com todos, arrumar saídas e soluções para isso.

Vimos aqui encaminhar que se aprove essa moção proposta pelo Ver. Aldacir Oliboni, porque é uma moção da cidade de Porto Alegre, a saúde é uma necessidade de todos nós. Nós estamos procurando resolver esse problema, já abrimos dois prontos atendimentos, duas Unidade Básicas de Saúde até às 22h, que vêm prestando um serviço à população de Porto Alegre. Devemos abrir mais uma Unidade Básica de Saúde, queremos que o Hospital Presidente Vargas funcione no seu pleno atendimento. Sobre o Hospital Parque Belém, se a gestão vier para os parceiros que a Prefeitura arrumou, com certeza, nós faremos o possível para que ele volte a abrir as

suas portas com uma gestão plena das parcerias e do Município de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 124/17.

**O SR. DR. GOULART:** Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Eu estava escutando as manifestações dos que me antecederam, e ficou postado lá na minha comissão, a CUTHAB... Eu aprendi com o Ver. Roberto Robaina uma coisa que esse rapaz bem mais moço nos mostrou: que nós temos que reunir pessoas e fazer, através da reunião das pessoas, pressão contra os órgãos que precisam ser demandados, para que nos atendam na saúde. Já aproveito e cumprimento o Oliboni por estar fazendo esse encaminhamento.

Tem uma mensagem que nós temos que deixar. É estranho que o pessoal da saúde, Oliboni, os militantes da saúde não mantenham todos os Vereadores, principalmente os da saúde, informados do que está se passando na cidade de Porto Alegre. Um fala conosco, outro desaparece, fala depois com um outro Vereador, depois fala com outro, vêm e não sabem como é que está sendo... Está muito frágil a colocação das coisas pelos grupos da saúde. Temos que nos encontrar, lutar, reunir bastante gente, ir para frente dos hospitais, ir para a Rua da Praia, temos que fazer uma luta para que isso aconteça. Se o dono do Hospital Parque Belém não quer, nós queremos! Se ele não quer abrir o hospital, nós queremos! Essa luta eu já venho encaminhando junto com o Dr. Thiago e com o outro colega do PMDB que está meio amolado, que não pôde nem concorrer. Nós vimos há horas conversando, mas os próprios elementos da saúde nos fragilizam. Nós temos que ter poder, e o poder tem que ser uma Câmara forte, junto com os demandantes das coisas da saúde.

No Hospital Fêmeina, nós conseguimos que começassem a operar aos sábados. Eu achava estanho que o Hospital Fêmeina, cheio de leitos, cheio de vagas, não trabalhasse, nos sábados, com o SUS, e não trabalhasse, no domingo, com cirurgias. Partos aconteciam, mas cirurgias não. Nós temos que pressionar por isso, mas não muito, porque eles já estão fazendo agora, mas precisamos pressionar o resto.

O Hospital Presidente Vargas é um antigo e maravilhoso ponto de saúde da mulher e da obstetrícia e tem sido também abandonado pelas autoridades, muito abandonado. E eu não vejo aquele grupo brigando na frente dos hospitais. Lembrem-se os funcionários da saúde que nós podemos votar três Vereadores aqui pela saúde, nós podemos votar dois Deputados Estaduais, podemos ter um ou dois federais, mas o pessoal da saúde não se aproxima! Eu tenho ouvido todo mundo que está falando sobre saúde nesses últimos 20 dias, mas não nos colocam; nós, que trabalhamos no Hospital Presidente Vargas. Eu sou funcionário do Presidente Vargas, estou agora parado para o mandato de Vereador, o mandato popular.

O Parque Belém. Nós conversamos com os donos do Parque Belém, e eles têm que entender que, neste momento, eles precisam ceder um pouco, porque a gestão não foi aprovada pela saúde que passou. Esse Secretário da Saúde está querendo nos ajudar, aliás, tem conversado com a gente, mas os principais interessados, que têm que encher as ruas, estão preocupados com essas coisas do centro do País, e nós nem falamos mais nesse assunto. Um que outro fala aqui nesse assunto. Temos que estar vigilantes, temos que estar de plantão, reclamando para que a saúde não caia. Nós temos que começar a trabalhar e vamos nos unir. É com o PT que temos que nos reunir? É, sim! É com o PSOL? É, vamos nos reunir, porque nós estamos muito mais compromissados com os trabalhos que estão acontecendo na saúde daqui, e precisamos nos unir. Aprendi com o Robaina que nós temos que fazer pressão nas ruas, coisa que os outros partidos não conseguem fazer. Pela abertura do Hospital Presidente Vargas, pela abertura do Parque Belém! Vamos, juntos, Dr. Thiago, tocar para frente e botar uma saúde melhor para a cidade de Porto Alegre. Viva a Saúde de Porto Alegre!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento nº 124/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**.

**O SR. ANDRÉ CARÚS (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. André Carús. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h13min.)

\* \* \* \* \*